

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VANESSA EIDAM

**QUESTÃO AGRÁRIA: UM DIÁLOGO ENTRE
CLÁSSICOS E A LUTA CAMPONESA
CONTEMPORÂNEA**

Florianópolis – SC

2015

VANESSA EIDAM

**QUESTÃO AGRÁRIA: UM DIÁLOGO ENTRE
CLÁSSICOS E A LUTA CAMPONESA
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação de mestrado
submetida ao Programa de Pós
Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do
grau de mestra em Serviço
Social.

Orietadora: Prof^a Dr^a Beatriz
Augusto de Paiva.

Florianópolis – SC

Abril de 2015

**“QUESTÃO AGRÁRIA: UM DIÁLOGO ENTRE
CLÁSSICOS E A LUTA CAMPONESA
CONTEMPORÂNEA”**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de “Mestra em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de abril de 2015.

Prof^ª Dr^ª Vania Maria Manfroi
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Beatriz de Augusto Paiva – Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Maristela Dal Moro – Examinadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^ª Dr^ª Sirlândia Schappo – Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^º Dr^º Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas – Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^º Dr^º Lauro Mattei – Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Eidam, Vanessa

Questão Agrária: um diálogo entre clássicos e a luta camponesa contemporânea / Vanessa Eidam ; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva - Florianópolis, SC, 2015.
154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária. 3. Reforma Agrária. 4. Campesinato. 5. Capitalismo no campo. I. Paiva, Beatriz Augusto de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

*Para os camponeses, em
especial os meus pais, que
diariamente tiram seu sustento
da “lida” no campo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que sempre me apoiou em meus caminhos de estudo, e assim, tornaram possível a realização deste conquista, sendo parte fundamental dela. Especialmente meu pai Pedro e minha mãe Edite, por sua luta diária, que mesmo em meio a tempos difíceis, sacrificaram-se para que pudesse chegar até aqui.

À minha irmã Nane, por sempre me apoiar, me defender e incentivar, você, o Sergio com seu jeito tranquilo e minha lindinha Vitória que me acompanharam nestas estradas.

Ao meu irmão Evandro, sempre muito protetor, a Angela com toda sua generosidade e meu sobrinho João Pedro pela preocupação, afeto e disponibilidade.

Ao meu irmão Enéias pela preocupação e pelos debates calorosos que me proporciona sempre que nos encontramos.

À minha prima/irmã Valdirene pelas conversas, desabafos e ternura compartilhada.

À minha tia Ilda, que foi minha "primeira professora" e sempre soube que eu chegaria aqui.

À minha orientadora Beatriz de Augusto Paiva, a Bia, que me aceitou e conduziu com tanta doçura os trabalhos. Obrigada por partilhar comigo tanta sabedoria e me acompanhar nessa empreitada.

À banca de qualificação pelo aceite e pelas dicas e críticas que ajudaram a enriquecer este trabalho. Assim como, a banca de defesa pelo aceite e disponibilidade em partilhamos este dia de debate.

À família que Floripa e a Pós-Graduação me proporcionaram, que tornaram meus dias mais doces e alegres.

À Juliana e sua doce e adorável companhia, com a qual, posso ficar horas conversando tendo reflexões infindáveis. A Ciça, irmãzinha de cor, que com seu jeito carinhoso, por vezes desastrado, me faz sentir sua mãe. Ao Reginaldo que alegrou a vida, às vezes um tanto amarga da Pós, obrigada por tantos momentos que compartilhamos. A Edivane, portadora de um coração sem limites, obrigada por me acolher e por ser tão presente em nossas vidas. Ao Maurício pela amizade e força com as traduções. Ao Fábio pelo companheirismo e alegria e pelos pratos fantásticos que nos ofereceu. Por fim, a Clarice e a Ana, pela convivência diária, pelas conversas na madrugada, caminhadas na beira mar e os almoços de domingo.

Aos demais amigos da Pós, que alegraram e encheram de ternura estacaminhada. Em especial o João Paulo, a Dani, Patrícia, a Kathiúça e o Marlon; e a Kenia que me fez companhia nesses dias finais. E a professora Vânia Manfroi por seu companheirismo e esforço em tornar as coisas possíveis.

À Gabriela e a Suzi, por todos os momentos de luta, afeto, companheirismo e alegria compartilhados.

Aos amigos do NEPTQSAL, pelos profícuos encontros de debates e reflexões e pelos cafés no fim da tarde.

Ao professor Ricardo Lara que suscitou reflexões importantíssimas, as quais me fizeram avançar muito teoricamente. Agradeço você e a Thalita pela confiança e oportunidade de permanência na ilha.

Ao Sergio e a Cleia que me receberam de braços abertos, como uma filha e tornaram minha chegada a ilha muito mais tranquila.

À Carol e a Sueli que me convenceram de que era possível passar no processo seletivo, e me conduziram a inscrição. Se não fosse a insistência de vocês, talvez não tivesse tentado.

À CAPES, por possibilitar dedicação exclusiva ao mestrado.

A grande esperança

*A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária
Esta grande crise que há pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em nossas manchesters de ricos
imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vivendo apertado ganhando um
salário
Que sobe depois que tudo subiu.
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for assinado
Estará ferindo a Constituição.
A grande esperança que o povo
conduz
Pedir a Jesus pela oração
Prá guiar o pobre por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
Que ele não deixe o capitalismo*

*Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o rico não sabe o que
ganha
O pobre do pobre vive de tostão.
(Goiá e Francisco Lázaro)*

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo central analisar a questão agrária como constructo teórico-político para o debate do problema da terra na atualidade. Para tanto, se estrutura em dois capítulos, dentro dos quais se realiza uma retomada dos principais clássicos que debatem a questão agrária, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o campesinato. Esta retomada fornece subsídios para o debate atual. Na sequência partimos do resgate histórico acerca da formação do Estado brasileiro, com a contextualização histórica da questão agrária para compreendermos sua gênese. Para a discussão da atualidade confrontamos os paradigmas agrários que encontram-se em disputa, sendo eles o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O primeiro defende a necessidade de se debater e implantar uma reforma agrária, enquanto o segundo postula que essa seja uma questão superada. A análise aqui pleiteada acredita na urgência de um posicionamento favorável a reforma agrária e que questione o modelo de produção vigente.

Palavras-chaves: Questão agrária; reforma agrária; campesinato; capitalismo no campo.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to analyse the agrarian question as a theoretical-political construct to debate current land problems. In that case, this paper is divided into two chapters within which takes place a resumption of the major Russian classics that discuss the agrarian question, the development of capitalism in the countryside and the peasantry. This resumption provides subsidies to the current debate. Thereafter, an historical rescue about the formation of the Brazilian state was conducted, taking into account the historical context of the agrarian question in order to understand its genesis. For today's discussion agricultural paradigms that are in dispute were confronted, including the paradigm of Agrarian Question (PQA) and the Paradigm of Agrarian Capitalism (PCA). The first paradigm advocates the need to discuss and implement land reform, while the second one posits that this is an outdated issue. The analysis here pleaded believes in the urgency of a favourable position to land reform, as well as the need to question the current production model.

Keywords: agrarian question; land reform; peasantry; capitalism in the field.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – A CONCEPÇÃO CLÁSSICA DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAMPESINATO.....21

1.1 INTRODUÇÃO AO DEBATE CLÁSSICO.....35

1.2 A SUPERIORIDADE DA GRANDE PROPRIEDADE: O PENSAMENTO DE KARL KAUTSKY.....40

1.3 A DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO: O PENSAMENTO DE LÊNIN.....56

1.4 A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA: O PENSAMENTO DE ALEXANDER CHAYANOV.....66

1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CONCEPÇÕES CLÁSSICAS.....80

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROBLEMA DA TERRA NO BRASIL.....84

2.1 RESGASTE DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL SOB A ÓTICA DE FLORESTAN FERNANDES E RUI MAURO MARINI.....84

2.2 DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO DAS PRINCIPAIS TESES DA ATUALIDADE BRASILEIRA.....97

2.3 CONCEITUAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA.....104

2.4 PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO.....111

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....142

REFERÊNCIAS.....148

INTRODUÇÃO

Até hoje os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo das mais diversas maneiras, mas o problema real é o de modificar o mundo.

Karl Marx

A presente dissertação de mestrado sobre a temática da questão agrária surgiu através das vivências no meio rural e a observação e participação direta das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores em organizar sua produção, conseguir financiamentos, enfim, manter-se no campo. Mas não apenas estar no campo, e sim viver o campo em sua forma genuína, sem se ver obrigado a vender sua força de trabalho e aceitar as relações mercantis que lhe são impostas. Esse era o desafio que mais afligia e incomodava os camponeses. Percebia-se que aqueles que com muita dificuldade permaneciam, acabavam sucumbindo diante das mazelas da indústria de implementos, agrotóxicos e insumos agrícolas em geral, tornando-se um serviçal para fornecer esta indústria, quando não, força de trabalho barata para os grandes fazendeiros.

Essas inquietudes me acompanharam durante o período da graduação em Serviço Social realizada na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, onde o interesse em tentar compreender esse processo injusto e desigual de acesso à terra e

as formas de cultivá-la fizeram-me buscar formas de se inserir em grupos de estudo acerca do tema.

Desta forma, houve a participação durante dois anos (2009 – 2010) em um projeto interdisciplinar de extensão universitária, denominado “Segurança Alimentar em Turvo: ampliando estratégias de acesso aos alimentos agroecológicos¹”.

Os estudos, reflexões e vivências com grupos de agricultores deram continuidade no exercício do estágio curricular obrigatório durante o quarto ano da graduação (2011) em um programa também de Segurança Alimentar e Nutricional de uma entidade privada, o Programa Mesa Brasil², do SESC (Serviço Social Do Comércio). O programa fazia algumas ações focalizadas no município de Guarapuava e região, com parceria com o governo federal através do PAA (Programa de Aquisição

¹ Este Projeto estava sob coordenação do departamento de Serviço Social da Unicentro. Era um projeto interdisciplinar com graduandos e graduados das áreas de Serviço Social, História e Nutrição, com financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras. O grupo tinha a função de atuar como parceiro da AGAECO (Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo), realizando estudos e debates da temática, promovendo reuniões com os grupos de agricultores e representantes dos movimentos de luta pela terra e articulando estratégias de comercialização dos produtos agroecológicos, levando-os principalmente as regiões mais periféricas das cidades.

² Para mais informações sobre o Programa Mesa Brasil SESC ver: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/>

de Alimentos)³ onde executava a logística dos alimentos, recolhendo-os junto aos agricultores e fazendo a entrega nas instituições.

Todas essas vivências e experiências junto aos trabalhadores rurais, aos grupos e movimentos de trabalhadores sem terra e instituições ligadas à luta pela terra e o direito de cultivá-la reforçaram a intenção de estudos, neste campo ainda tão pouco explorado pelos pesquisadores do Serviço Social⁴. Ainda, durante o final do ano de 2013 e início 2014 com a criação da Comuna Amarildo de Souza⁵ em Florianópolis, houve esta reaproximação com tais grupos, daqueles que lutam pela terra e que sofrem com as mazelas e barreiras impostas pela ordem do capital. Percebe-se que a desigual forma de acesso à terra, a

³ Mais informações sobre o PAA em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico>

⁴ Segundo Lara (2011) em levantamento realizado sobre os eixos temáticos das teses, dissertações e projetos de pesquisa nos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, o eixo que compreende os temas “questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente” somaram juntos apenas 3,82% entre os anos de 1998 e 2002 e subiram para 4,03% entre os anos de 2001 a 2003.

⁵ A Comuna Amarildo de Souza, inicialmente chamada de Ocupação Amarildo de Souza, ocupou a SC-401 em Florianópolis-SC, no dia 16/12/2013. Sua bandeira de luta é “Terra, trabalho, teto”. Atualmente, após muitas lutas, resistências e mudanças, as “Cláudias e os Amarildos” (como gostam de ser chamados) estão assentados no município de Aguas Mornas- SC.

distribuição da riqueza socialmente produzida e ao trabalho são inerentes ao sistema capitalista de produção. Sendo assim, a luta pela terra, por trabalho, teto e liberdade é também a luta pela emancipação humana e a construção de uma nova sociedade.

O desenvolvimento da pesquisa também é resultado de um interesse particular de estudo dos clássicos agrários para compreender os novos desafios da atualidade, o qual encontrou sustento nas obras dos marxistas Lenin e Kautsky, e também na obra Chayanov. Desta forma, para a análise do tema em questão, parte-se da compreensão da atualidade dos clássicos para a discussão do tema em questão. Diferentemente do que vem defendendo diversos intelectuais, de que o debate não deve ficar preso no passado e que os clássicos não respondem mais as demandas de hoje.

Não obstante o contexto histórico de nossa questão agrária brasileira, temos como ministra da agricultura, uma das maiores interlocutoras do agronegócio com o Estado. A senadora da República Katia Abreu assumiu o Ministério da Agricultura no segundo mandato da presidente Dilma. Logo que assumiu afirmou que faria “vista grossa” com as “invasões de terras”, e ainda, numa tentativa de justificar seu discurso afirmou que “no Brasil não há mais latifúndios”. Essa fala é preocupante, quanto mais se ela vem de alguém que deveria defender os interesses dos agricultores. Resta-nos saber: quais agricultores?

O jogo de interesses está posto. E mais uma vez o agronegócio abre vantagem em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Se no campo político temos representantes do latifúndio, da grande propriedade executando verbas e políticas públicas para públicos completamente distintos, beneficiando uns em detrimento de outros, no campo teórico discursos como da Ministra têm encontrado suporte e respaldo. Torna-se desta forma evidente a necessidade de discutirmos os rumos teóricos que a questão agrária no Brasil tem tomado.

Notadamente o processo que construiu a imagem do agronegócio no Brasil ocultou e ainda oculta a sua face predatória, concentradora de terra e de renda, expropriadora e excludente, dando ênfase e destacando sua grande produtividade que eleva os níveis de riqueza do país e que investe em inovação e tecnologia. A concentração da propriedade de terras se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que propiciou mudanças e avanços tecnológicos, que foram erguidos a partir do modelo capitalista de produção.

Enquanto a mídia faz apologia ao agronegócio de um lado, de outro, criminaliza os movimentos sociais de luta pela terra. Blinda o agronegócio, destacando sua produtividade, na tentativa de inviabilizar a justificativa das ocupações de terra.

Na luta pela terra e pelo território há dois lados completamente diferentes, na realidade opostos. De um lado, estão os agricultores camponeses, para os quais o uso da terra está relacionado à produção para a subsistência, ainda que na relação com o mercado, tendo em vista as necessidades de moradia e de manutenção do modo de vida camponês, com suas práticas e seus costumes. Assim, estes utilizam a terra como meio de sobrevivência. Do outro lado, estão os latifundiários, representantes do agronegócio, para os quais, o uso da terra é essencialmente comercial. Portanto, não podemos aglutinar camponeses e latifundiários no mesmo jogo de interesses, pois ao possuírem objetivos distintos, não partilham do mesmo jogo, embora a conflitualidade de interesses os contraponham. Para os primeiros a terra está como essencial meio de produção para a existência da família, já para os segundos a terra é uma mercadoria necessária pra acumulação de capital.

O avanço do modelo agrícola baseado na monocultura exportadora intensificou a problemática da questão da terra, e é comum cada vez mais os pequenos agricultores perderem seu território, conhecimentos e agrobiodiversidade, comprometendo seu autoconsumo e a segurança alimentar de populações locais, atingidas pelo abastecimento em circuitos curtos locais. (GRAZIANO, 1996).

Tal situação apresenta-se como um processo histórico relacionado à ocupação e apropriação desigual da terra, que se

caracteriza pelo predomínio da atividade agropecuária com base no latifúndio e a exploração dos recursos da natureza, monocultivos de produtos para exportação. Este modelo de exploração agrícola tem inviabilizado a permanência de inúmeras famílias de pequenos agricultores no campo.

A necessidade fazer esta diferenciação, afirmando que há dois lados, destacando os antagonismos de classe gerados por esse modelo de desenvolvimento, se dá justamente, pela negação da existência destes antagonismos, a negação da expropriação e de todas as formas de dominação e exploração capitalista.

Teóricos e políticos negam a existência de uma questão agrária, tiram a centralidade da terra do foco do debate e afirmam a desnecessidade de discutir a reforma agrária, tornando esta importante bandeira de luta ultrapassada e obsoleta, suas teses afastam toda a historicidade do debate na atualidade.

Portanto, nesta dissertação de mestrado, objetivamos analisar a questão agrária como constructo teórico-político, a fim de discutir o problema da terra com base nos principais clássicos que elaboram teses seminais sobre a questão, para isso, partiremos de alguns dos clássicos marxistas. Aqui se postula que a compreensão da questão agrária exige a sua remissão à totalidade, sendo assim, a filiação ao legado marxista é obrigatória. Para organizar este diálogo - analisar a questão agrária como constructo teórico-político – desdobramos o debate em objetivos específicos, primeiramente fazendo um resgate

teórico dos referenciais clássicos, partindo dos principais autores e do arcabouço teórico marxista. Passa-se então para uma breve contextualização histórica da questão agrária com base nas reflexões sobre o processo de modernização capitalista e o capitalismo dependente. Por fim, passamos a realizar o debate da questão agrária, no contexto do capitalismo brasileiro do século XXI.

Sendo assim, partimos da análise dos principais clássicos de matriz marxista que se debruçaram aos estudos da temática, pois percebemos como fundamental a compreensão e reflexão desses clássicos para termos uma base teórica marxista forte, que trará luz a discussão contemporânea. Sabemos que nossa realidade latino-americana é diferente da realidade que serviu de base aos pensadores clássicos, para tanto, propomos cotejar também o debate e a reflexão dos pensadores latino-americanos desde a construção do Estado brasileiro até o Brasil contemporâneo, onde temos um cenário teórico-político de discussão da questão muito complicado. Temos que este constructo teórico pode clarificar as relações que se encontram camufladas neste processo social desigual de acesso a terra, que tem como fim a manutenção do sistema capitalista.

O primeiro capítulo é um resgate dos autores clássicos para trazer luz à discussão e dar a fundamentação necessária pra prosseguirmos com o debate. Procura indicar a importância da retomada do pensamento clássico para a discussão na atualidade,

bem como resgatar categorias fundamentais do debate da questão agrária. Além-se na análise e na interlocução dos clássicos, elaborando uma recuperação histórico-conceitual, abordando diferentes concepções clássicas. Irão compor os clássicos do primeiro capítulo os seguintes pensadores: Vladimir I. Lenin e sua teoria da desintegração do campesinato, sendo sua principal obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1889); Karl Kautsky e sua tese da superioridade da grande empresa agrícola, sua principal obra é “A questão agrária” (1889); e por último Aleksander Chayanov e a tese da unidade econômica camponesa e a defesa da formação de cooperativas agrícolas, a principal obra deste autor é “A organização da unidade econômica camponesa” (1925).

Optamos pela retomada desses três clássicos especificamente, por se tratarem de expoentes da discussão da questão agrária. E por conterem concepções diferenciadas da realidade, contudo muito pertinentes até os dias atuais.

Para Lenin (1982) aconteceria a desintegração do campesinato, onde

[...] a desintegração do campesinato simples emergência de desigualdade entre as fortunas, simples 'diferenciação', como gostam de dizer os populistas [...] É claro que o surgimento de desigualdade entre patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se

esgota nessa 'diferenciação'. O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato 'médio', criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia (Lênin, 1982, p .114-115).

No texto acima citado, Lenin propõe um debate com os populistas sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, especificamente na Rússia. Lênin procura convencer os populistas russos do que esse desenvolvimento, junto com o triunfo da grande produção no campo resultaria na desintegração do campesinato (a descamponização), o que criaria um mercado para a produção capitalista. Já os populistas russos afirmam o contrário, que se houvesse esta desintegração do campesinato, com isso o empobrecimento da população rural, estreitaria o mercado interno e dificultaria a expansão do capitalismo, mas, para Lênin a descamponização significava a criação do mercado interno para a produção capitalista.

Na composição do segundo capítulo, realizamos o debate da questão agrária no capitalismo brasileiro do século XXI, onde realizamos primeiramente uma breve retomada aos aspectos

históricos de formação do Estado brasileiro sob a ótica de Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini, e pudemos perceber que a questão agrária brasileira está arraigada na história não apenas de nosso país, mas também de toda América Latina retomamos a compreensão dos caminhos perseguidos nessa seminal formulação, avançando para o debate atual.

Na segunda parte do capítulo dois, buscamos discutir e conceituar a reforma agrária, e ainda, colocar em pauta as principais teses que discutem a questão agrária na atualidade. São elas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

O primeiro paradigma afirma a necessidade de discutir a questão agrária, tendo como base a centralidade da terra, os clássicos marxistas como Kautsky e Lenin. Defendendo também a urgência do debate e implantação da reforma agrária no país, como um importante elemento nas lutas sociais e disputas territoriais em defesa dos camponeses, para fortalecimento deste território e enfraquecimento do agronegócio. Os principais interlocutores utilizados para este debate são intelectuais como os geógrafos Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e também o economista Plínio de Arruda Sampaio. Estes autores tecem duras críticas aos intelectuais que negam a existência da questão agrária, com isso a necessidade da reforma. Oliveira (2013) afirma:

A incansável luta pelo acesso a terra no Brasil, tem esta dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. No Brasil, há intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de “tempo parcial” (part-time farmer). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam com apoio de parte da mídia brasileira que o campo urbanizou-se e não há mais sentido falar-se em rural. A onda agora é o “novo rural brasileiro”, o “rururbano”. O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil da ficção virtual que emerge das análises estatísticas da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a “estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem”, como contou-nos um dia o genial economista José Juliano de Carvalho Filho da FEA-USP [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 104 – 105).

Oliveira (2013) assim como os demais intelectuais desta vertente PQA, trabalha para rebater as teses que tiram o foco da reforma agrária. Estas teses fazem parte da corrente que é representada pelo PCA, que negam a existência de problemas no campo que venham a justificar algum tipo de alteração e necessidade de mudança na estrutura fundiária e até mesmo no modelo de desenvolvimento econômico adotado no país.

Ricardo Abramoway que inaugura esta linha teórica com a publicação de sua tese de doutorado em 1992, tornando-se referência para diversos pesquisadores como os teóricos Zander Navarro que é sociólogo e o engenheiro agrônomo Francisco Graziano Netto. Nesta vertente ainda encontra-se uma das principais figuras representantes do agronegócio e agribusiness, a Ministra da Agricultura Katia Abreu, que mesmo não sendo uma representante teórica, a Ministra está entre os representantes – uma forte e relevante representante política, que não deve ser desconsiderada ou irrelevada, portanto, suas falas e declarações públicas devem ser analisadas – da corrente de pensamento do PCA. Há ainda sociólogos como José de Souza Martins que defendem a reforma agrária como algo pontual, uma política compensatória que responda as urgências das parcelas da população que forem surgindo.

Para Abramoway (1992):

O paradigma com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (Lênin, 1982) e Kautsky (Kautsky, 1980), vem-se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a idéia

da necessária inferioridade da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos não há lugar sequer para que coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo. (Abramoway, 1992, p. 20).

Segundo o autor o modelo apresentado por Lenin, Kautsky e os subsequentes pensadores não dá conta de responder a dinâmica dos fenômenos contemporâneos, assim o que estaria vigorando na atualidade seria uma agricultura predominantemente familiar, altamente tecnificada, municiada de tecnologia, dinâmica e inserida no mercado, porém o uso de trabalho assalariado seria reduzido.

A tese de Abramoway pretendia afirmar a inaplicabilidade das teorias agrárias clássicas, no entanto, suas ideias nos fornecem subsídios para debater o oposto, para afirmar a atualidade destes clássicos marxistas, que desenvolveram sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo.

CAPÍTULO 1 - A CONCEPÇÃO CLÁSSICA DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAMPESINATO

1.1. INTRODUÇÃO AO DEBATE CLÁSSICO

O veio analítico da questão agrária proposto nessa dissertação requisita entender o campesinato em seu percurso histórico, revisando os debates clássicos, fazendo as leituras necessárias baseadas no arcabouço teórico marxista sobre qual lugar este ocupa no desenvolvimento da agricultura, das forças produtivas e da radicalização das relações capitalistas de produção no campo.

Desta forma, pretendemos retomar o pensamento central dos principais autores clássicos, com seus caminhos teóricos e linhas argumentativas, e reconhecer em que medida as reflexões desses clássicos ainda enriquecem as interpretações dos principais problemas da contemporaneidade. Assim, procuraremos salientar como cada um dos autores escolhidos pode contribuir na compreensão das transformações que observamos na nossa sociedade nos últimos tempos e como a abordagem de cada um sobre a condição camponesa, a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura pode dialogar com a dinâmica da nossa agricultura atual, nesse contexto de modernização acelerada e de subordinação do camponês ao sistema industrial.

A leitura e a análise dos clássicos com as obras de Kautsky, Lenin e Chayanov, desde suas aproximações com a teoria de Marx, são as bases fundamentais para a compreensão do processo de modernização do campo, concentração fundiária, da integração da agricultura e da indústria e como esse processo se revela para o camponês. A partir da discussão da questão agrária e do desenvolvimento tardio do capitalismo no campo, podemos contemplar quais são os elementos pertinentes ao processo agrário e a sua relevância nos estudos rurais contemporâneos. Em suma, as reflexões acerca dos clássicos fornecem um valioso suporte às metodologias de estudos rurais e colaboram para a compreensão da dinâmica das transformações da sociedade. Esse é o nosso pressuposto.

Temos como principal referencial da teorização do campesinato o debate clássico relativo a três grandes obras dos autores anteriormente citados. As obras “A Questão Agrária”, de Karl Kautsky (1889), “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Vladimir I. Lenin (1889) e, ainda, “A organização da unidade econômica camponesa”, de Alexander V. Chayanov, geraram muita polêmica e foram fomentadoras de grandes debates acerca da questão agrária na época. Foram um marco importante na polarização entre os enfoques dos trabalhos de Lênin e Chayanov sobre a questão agrária russa e européia, respectivamente representados pelo grupo “Marxista” (Socialdemocracia) e pela “Escola da Organização e Produção”

(Populista), na qual ainda se incluía a teoria de Kautsky sobre a superioridade da grande propriedade e a subordinação da agricultura a indústria. Essas ideias que dividiram a Rússia e a Europa no início do século tinham como principais sujeitos os populistas russos e os bolcheviques⁶.

No entanto, essa divisão nem sempre esteve tão clara e nem seguiu à risca as duas linhas de discussão. Quando Kautsky publica o clássico “A Questão Agrária”, Lenin escreve uma nota intitulada “O Capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov)” publicada em 1900, no qual faz uma defesa às críticas que Bulgákov desfere ao livro de Kautsky em seu artigo intitulado “Contribuição ao Problema da Evolução Capitalista da Agricultura”. Bulgákov integrava o grupo dos populistas russos, assim como Kautsky, e em seus estudos empenhava-se em mostrar que a pequena produção camponesa era superior a da grande fazenda capitalista, tese rebatida duramente por Kautsky, no capítulo VI de sua obra.

⁶ Para Martins (1981, p.15) “Populistas era a designação que Lênin dava aos socialistas narodniks numa polêmica partidária aguda na Rússia do final do século XIX. Os bolcheviques, que Lênin representava, tinham uma interpretação ocidentalizada do processo político russo, baseada nas formulações que, em *O Capital*, Marx desenvolvera sobre o capitalismo, na importância do crescimento e da ação política da classe operária. Já os populistas entendiam que a transformação social podia ocorrer sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político”.

Na nota feita por Lenin, o autor tece vários elogios ao livro de Kautsky, dizendo ser esta “a mais notável obra da economia contemporânea, depois somente do terceiro volume do *capital*”. E na mesma nota, rebate as críticas que Bulgákov faz a obra de Kautsky, retomando minuciosamente cada capítulo, cada idéia e categoria teórica. Observa o cuidado do autor no trato com a teoria de Marx, e como este as desenvolve no decorrer da obra.

Mais tarde, no livro de Kautsky “Socialização da agricultura” de 1919, Lenin e o autor iriam divergir em algumas ideias. Essa divergência tem como principal marco a frase de Kautsky no prólogo do livro acima citado: “A socialização da agricultura não deve seguir o exemplo bolchevique” (KAUTSKY,1981,p.130). Esta era a principal argumentação dos populistas russos, de que esta polarização possuídos/despossuídos não se aplica a agricultura.

Ainda, seguindo na diferenciação entre os pensadores, Kautsky e Lenin se aproximam de certa forma mas também se distanciam de Chayanov, no que diz respeito as relações capitalistas no campo. Para Chayanov as produções feitas em moldes camponeses e a agricultura familiar não estavam dentro da lógica capitalista, logo, estariam preservadas das relações produtivas que são determinadas pelo capital e não seguiriam as leis gerais da acumulação capitalista. Acreditava que haveria uma transição direta do feudalismo ao comunismo.

Kautsky e Lenin, por sua vez, defendiam que as leis gerais do capitalismo regiam todos os setores da sociedade, perpassando também a produção camponesa e a agricultura familiar. Kautsky (1980, p 27-28) deixa claro seu posicionamento em

a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolemos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto.

Os autores firmavam seu pensamento na ideia de que a agricultura estava subordinada à lógica do capital. Esta não poderia ser estudada de forma isolada, pois tanto a agricultura como a indústria, apesar de se desenvolverem em processos diferentes, são partes de um mesmo conjunto dentro do capitalismo mundial. No entanto, eles vão divergir no que diz respeito ao destino dos camponeses com a penetração do capitalismo no campo. Kautsky centrou seus esforços em dar ênfase a dependência que a agricultura sofreria em relação a indústria. Nesse contexto, o camponês se reduziria a condição de

proletário, de trabalhador disfarçado. Lenin, por sua vez, dedicou mais tempo ao estudo do trabalho assalariado do que Kautsky, e para ele o campesinato seria desintegrado, e o camponês, como então existente, desapareceria.

A partir de breve apresentação dos autores e explanação de suas principais ideias e obras refletiremos cada autor e suas respectivas obras separadamente, para melhor apreensão do conjunto de sua obra. Ao final retomaremos os três autores em conjunto.

1.2. A SUPERIORIDADE DA GRANDE PROPRIEDADE: O PENSAMENTO DE KARL KAUTSKY

A obra “A Questão Agrária”, publicada originalmente em 1899 por Karl Kautsky, cumpre um papel importante para o debate do campesinato e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Descreve a influência do capitalismo e as transformações ocorridas no campo russo no final do século XIX. O autor faz prognósticos para o século que se aproximava com base nos resultados de suas investigações sobre o campesinato.

Embora seja um marxista, líder da Segunda Internacional Socialista, faz uma leitura diferente de Lenin do desenvolvimento do capitalismo no campo, inclusive se aproximando das ideias e Chayanov. Para o autor, o modo de produção capitalista não era o

único presente na sociedade da época, haja vista que ainda mantinham-se traços da sociedade pré-capitalista.

Em linhas gerais, a ideia central de Kautsky é a tese de que a grande propriedade rural tem superioridade técnica em relação à pequena, estando mais adaptável à penetração do capitalismo no campo e, por consequência, à inserção inevitável da industrialização da agricultura. Nesse sentido, a pequena propriedade tenderia a diminuir ou desaparecer.

Para análise do pensamento de Karl Kautsky far-se-á uso de sua principal obra “A Questão Agrária” (1986) e dos principais debates que sua obra suscitou, como o texto publicado por Lenin chamado “O Capitalismo na agricultura (*O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov*, 1981)”, conforme anteriormente mencionado.

A primeira parte do livro de Kautsky diz respeito à "evolução da agricultura na sociedade capitalista". Não restam dúvidas que esta obra suscitou inúmeras discussões na Europa entre os marxistas, aqueles que concordaram e elogiaram a obra, como Lenin, e os que teceram duras críticas, como é o caso de Bulgákov.

Como procuraremos mostrar no desenvolvimento desta dissertação, a partir da retomada dos clássicos, a história tem confirmado a validade da teoria de Marx para a estudo da agricultura como setor primário da produção capitalista, no entanto, alguns autores refutam conceitos básicos, que

consideraram errôneos. Bulgákov quando critica a obra de Kautsky, acusa-o de não levar em conta alguns fenômenos isolados da economia e de tratar o desenvolvimento do capitalismo no campo de forma superficial, ao qual Lenin rebate em seu artigo.

O erro do senhor Bulgákov consiste em ter-se apressado a elevar a categoria de leis econômicas gerais alguns fatos econômicos isolados, sem ter se aprofundado em seu significado. [...] Quanto a agricultura, não cabe a menor dúvida de que o processo de desenvolvimento do capitalismo é incomensuravelmente mais complicado e assume uma diversidade de formas incomparavelmente maior (LENIN, 1981, p.83).

Kautsky (1986) abre seu livro exatamente pela gênese da trilha capitalista na agricultura europeia. Afirma que a agricultura não segue o mesmo percurso da indústria, uma vez que obedece a leis especiais, por isso, deve-se fazer uma investigação do domínio do capital sobre a agricultura e os seus desdobramentos, e como estes invalidam as velhas formas de produção e de propriedade criando a necessidade de novas formas.

Para tanto, descreve a economia camponesa e analisa os fatores de sua decomposição, apontando que esta começou na Idade Média e ainda não havia atingido seu auge. Este estudo foi criticado por Bulgákov, que acusa Kautsky de não trazer luz à discussão sobre quem levou o progresso técnico a agricultura. No

entanto, esta temática fora largamente debatida, defendendo o autor que este progresso teria sido movido pela burguesia rural, pequena e grande, tendo a última uma contribuição mais importante que a primeira. Lenin (1981) ainda acrescenta que as ideias de Kautsky estão muito claras, e qualquer pessoa que tenha lido a obra com a mínima atenção perceberia o pensamento do autor.

Na primeira parte de seu livro, Karl Kautsky faz uma explanação sobre o camponês e a indústria, sobre a agricultura no feudalismo e o sistema da cultura das três rotações, sobre a miséria e a fome no campo e a expropriação que os camponeses sofreram pela nobreza rural, cenário para a formação do que o autor chama de “agricultura capitalista intensiva”, formando o camponariado burguês.

Como dito anteriormente, Kautsky não dedicou tanto tempo ao estudo do trabalho assalariado, assim como o fez Lenin. No entanto, a importância teórica de sua obra aparece no estudo que fez acerca da exploração familiar no contexto de subordinação à indústria. Reconhece a dependência do camponês à indústria e, mais que isso, define o papel do camponês enquanto “trabalhador disfarçado”, ou seja, o próprio proletário, diferentemente de Lenin que vislumbrava a desintegração, o desaparecimento do camponês.

Ainda sobre este processo de subordinação da agricultura à indústria, Kautsky clarifica como exemplo de subordinação o

caso dos produtores dinamarqueses e suíços, que são submetidos às cooperativas de leite. Ficando a mercê dos contratos de compra e venda dessas cooperativas e às mazelas do mercado. Torna-se claro como a pequena exploração se atrela e garante a reprodução de setores que se verticalizam. Neste caso, o camponês torna-se um fornecedor para uma agroindústria, um proletário a serviço de outro senhor, ou ainda, um apêndice da exploração industrial. É nesse sentido que ainda hoje observamos alguns produtores rurais em ramos semelhantes, como da produção leiteira e granjeira.

No capítulo IV, Kautsky passa a definir a “agricultura moderna”, fazendo um esboço muito conciso da revolução que o capitalismo engendrou na agricultura. Dentre elas estão: a substituição do sistema dos 3 campos; a especialização e divisão do trabalho; o melhoramento do gado e aperfeiçoamento nas colheitas; o início da substituição do vapor pela eletricidade que se torna um marco importante nesta revolução; e o uso de fertilizantes. Kautsky, com o resgate histórico de cada momento do processo de modernização da agricultura, procura mostrar a dependência gradual do camponês à indústria. Assim, o autor mostra a subordinação da agricultura à concorrência, a qual impôs essa transformação brusca no campo. Ainda temos que esta revolução está intrinsecamente ligada ao capital urbano, acirrando ainda mais a dependência do camponês aos mercados, gerando por sua vez consequências diretas nos desequilíbrios da produção capitalista no campo. Essas oscilações e inseguranças que são

sofridas pelos camponeses tornam-se prova que estes encontram-se inseridos nos moldes do sistema capitalista e enfrentam as dificuldades em competir com o grande proprietário.

Um fator amplamente discutido nos dias atuais, e que gera divergências nos setores das ciências humanas, sociais e agrárias, é a utilização das máquinas no campo. Esta temática foi longamente debatida por Kautsky e nos mostra a atualidade do clássico ainda hoje, que é o caráter capitalista do uso da máquina no campo. Sobre isso afirma Kautsky: Essa relação se agrava para a agricultura porque, dentro do modo de produção capitalista, a finalidade da máquina não é de economizar energia de trabalho, mas a de economizar salários (KAUTSKY, 1986, p. 42).

Essa é a função histórica das máquinas dentro do sistema capitalista de produção. Não é diminuir a jornada de trabalho, tampouco melhorar a vida do trabalhador tornando o trabalho mais leve e fácil como acreditam e ainda hoje disseminam alguns pensadores⁷. Mas sabe-se que, muito pelo contrário, com a

⁷ Valemo-nos de José Paulo Netto para explicar esse campo teórico: “No campo teórico, as distinções não são tão fáceis, posto que não exista nem *uma* nem a teoria da pós-modernidade: *há teorias pós-modernas*. Por mais diferentes que sejam (e, de fato, o são), tais teorias apresentam um denominador comum, constituídos pelos seguintes traços que lhe são absolutamente pertinentes:

- a) Aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão de sua inteira

entrada das máquinas a jornada de trabalho continua a mesma e o uso da força de trabalho é intensificado.

Em seu capítulo V sobre o caráter capitalista da agricultura moderna, o autor faz a exposição da teoria de Marx sobre o valor, o lucro e a renda, onde mostra que a produção agrícola moderna é essencialmente capitalista, pois, neste modo de produção, qualquer produção agrícola será capitalista, uma vez que esta é determinada por condições gerais de como está organizada a produção. Como consequência, Kautsky cita: os processos de integração agricultura-indústria, o fim ou a diminuição da pequena produção camponesa e, com isso, o êxodo rural, inchaço das cidades, surgimento de manufaturas e

existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre *aparência e essência* e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento – donde, por consequência, a supressão da diferença entre a ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico;

- b) A recusa da categoria de *totalidade* – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve a negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações societárias contemporâneas, ora porque se lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas – ou pelas duas ordens de fatores;
- c) A semiologização da realidade social: o privilegio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades.” (NETTO, 2010, p.261-262).

instrumentos industrializados para a produção agrícola. Todo esse processo impôs ao camponês um novo modelo de vida, onde este, segundo afirma Kautsky, tem cada vez mais necessidade de ter dinheiro pra a realização de suas atividades agrícolas, e mesmo para manter-se na terra ou ainda arrendá-la.

Sobre o sistema de arrendamentos, que adquiriu seu pleno desenvolvimento na Inglaterra com o sistema hipotecário, este constitui em sua essência um processo "que separa o agricultor da terra. No sistema capitalista de arrendamentos, esta separação é clara como a luz do dia." (LENIN, 1986, p. 88). Kautsky expõe de forma clara e precisa o papel histórico das hipotecas na evolução da agricultura capitalista. Esta tese é rebatida por Bulgákov, que acusa o autor de tratar o fator "renda da terra" superficialmente. Diz Bulgákov, que é necessário um estudo das causas das dívidas hipotecárias, em cada caso concreto, em cada fenômeno.

A fala de Bulgákov nos remete a algumas teorias atuais⁸, que tem ganhado cada vez mais notoriedade, respaldo e adeptos. Nessa perspectiva tais teorias visam o estudo de fenômenos isolados, e estão fartamente presentes nas ciências sociais, humanas e agrárias que discutem, dentre tantas outras temáticas, a

⁸ Teoria esta mencionada na última nota, cujos desdobramentos serão desenvolvidos no capítulo 2 desta dissertação.

questão agrária hoje. Lenin (1986, p.89) é incisivo no que diz respeito aos estudos sobre o problema agrário.

Kautsky tem toda a razão ao dizer que já há demasiadas monografias sobre o problema agrário, e que a tarefa mais premente da teoria moderna não é a de acrescentar novas monografias, mas ‘estudar as tendências fundamentais da evolução capitalista da agricultura em seu conjunto’.

Estas tendências fundamentais são frequentemente deixadas de lado por muitos pensadores, não apenas os populistas russos, como Bulgákov, mas também hoje, pelos pensadores da atualidade, como veremos no capítulo 2 desta dissertação.

Após a fundamental análise sobre agricultura feudal e capitalista, Kautsky elabora a reflexão sobre a “pequena e grande produção agrícola”, sendo este um dos capítulos mais instigantes de sua obra. O autor inicia com a análise da incontestável superioridade técnica da grande produção.

Quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos (KAUTSKY, 1981, p.87).

Kautsky não cria uma fórmula abstrata, muito menos desconsidera a multiplicidade das relações agrárias existentes, ao

contrário, considera todas as multiplicidades da questão para poder desenvolver as tendências ou as leis teóricas, nesse sentido elenca três pontos sobre a superioridade da grande produção agrícola:

- Em primeiro lugar, o autor deixa claro que nem no ramo industrial a regra da superioridade da grande indústria é tão absoluta e incontestável, sendo assim, também na agricultura, considerando uma complexidade e uma variedade imensamente maior de determinantes, esta análise sobre a relação entre as modalidades de agricultura depende de condições muito mais estritas.
- Em segundo lugar, "a superioridade da grande produção agrícola só é efetiva dentro de determinados limites." (LENIN, 1981, p.91). Naturalmente considera os diferentes ramos da agricultura e as diferentes condições econômicas e sociais;
- Em terceiro lugar, afirma que existem ramos que podem ser capazes de concorrer com a grande produção (como por exemplo, a horticultura e a viticultura), mas sendo esses ramos secundários frente à massiva produção de grãos e a pecuária, pode-se afirmar que a grande produção apresenta incontestável superioridade sobre a pequena.

Ao decifrar a preponderância da lógica da grande produção, Kautsky demonstra também uma tendência muito comum nos dias atuais, que é a dos pequenos lavradores se organizarem em

cooperativas agrícolas. Lenin (1981) destaca o fato dos ideólogos da pequena burguesia, especialmente os populistas russos, falarem constantemente nesse modelo de produção cooperativizada. Kautsky considera a importância das cooperativas, mas deixa claro suas limitações.

Sem dúvida alguma as cooperativas de crédito são de maior importância para o camponês, progredir economicamente. São meios de progresso econômico que não levam ao socialismo (conforme muitos pensam), mas ao progresso do capitalismo. Além disso, são de grande valia para o prisma econômico, consideradas em si mesmo, enquanto cooperativas. (KAUTSKY, 1986, p.110).

A reflexão de Kautsky nos remete aos dias atuais, sobre as formações cooperativas e pequenas associações que os agricultores participam como uma forma de sobreviver em meio às grandes produções, principalmente através dos setores de crédito e comercial, apoiados pelos programas do governo. Esses programas, por sua vez, também se restringem ao crédito e à comercialização da produção, por meio de financiamento para a produção e de garantia da venda para o próprio Estado, para fornecimento das Instituições locais⁹.

⁹ Vale lembrar que em muito avançamos nos últimos anos no que se refere às políticas públicas para os pequenos e médios agricultores.

Desta forma, as cooperativas foram e continuam sendo hoje um meio de o camponês poder garantir minimamente benefícios para a sua produção, se manter no mercado em meio aos grandes produtores, não alterando, sabemos, porém, as estruturas restritivas da propriedade privada e dos meios de produção, que permanecem nas mãos dos grandes proprietários. A lógica das cooperativas, em sua grande maioria, não questiona a ordem posta, apenas dá condições mínimas para o camponês permanecer no campo, em melhores condições de associação com o capital, subordinando-os de forma organizada e coletiva. Kautsky ainda afirma ser impossível dentro de uma sociedade com modo de produção capitalista os camponeses poderem através das cooperativas apropriarem-se das mesmas vantagens dos grandes proprietários.

Na comparação que o autor faz entre a pequena e a grande produção na sociedade capitalista, Lenin nos traz a reflexão sobre “não levar em conta o próprio trabalho, que isto significa apenas uma coisa para o camponês: trabalhar até o esgotamento e reduzir incessantemente o seu consumo”. (LENIN, 1981, p. 95). Desta forma, o camponês torna-se um simples

Foram criados e ampliados, dentre outros, programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que vem trazendo crescimento e melhorias na vida de muitos agricultores, e que foram possíveis através da organização popular de movimentos destes.

produtor de mercadorias, e tem o mesmo nível de vida de um trabalhador assalariado.

No capítulo que trata dos “limites da produção capitalista”, Lenin observa a fidelidade que Kautsky tem com a teoria de Marx, evitando uma interpretação estereotipada da teoria marxista. Critica duramente Bulgakóv por não conseguir entender os caminhos teóricos tomados pelo autor e a sua coerência intelectual. Lenin reforça o cuidado que Kautsky teve ao lembrar que entre as condições que limitam a agricultura capitalista está

a falta de operários em consequência do êxodo da população do campo, que obriga os grandes proprietários a se esforçarem por dotar de terra os operários, a criarem um pequeno campesinato que lhes proporcione a mão de obra necessária. (LENIN, 1981, p.105).

Este “dote” de terra, nada mais é que uma tática da elite rural burguesa para manter a mão de obra no campo. Sendo assim, por mais avançada que esteja a crise na agricultura, não haverá um desaparecimento total da pequena produção, pois os próprios grandes proprietários irão restaurá-la quando sua ruína estiver muito avançada, ou quando a perda de lucratividade exigir sua contraditória simbiose com a agricultura camponesa.

Lenin ainda atenta sobre a necessidade deste fenômeno acima citado não passar despercebido ao debate agrário. E este é

o capítulo VIII do livro de Kautsky que trata da “Proletarização do campesinato”, onde o autor compara a proletarização no campo com o regime feudal.

O trabalho suplementar do pequeno lavrador, este trabalho que é realizado para o grande estabelecimento agrícola, tem como correspondente analógico as corvéias feudais que obrigavam o camponês a trabalhar um número determinado de dias por ano na propriedade do senhor da terra. (KAUTSKY, 1986, p. 158-159).

Retomando as categorias anteriores trabalhadas por Kautsky, lembramos que a posse da terra por arrendamento, hipoteca ou doação, pode até emancipar o camponês parcialmente. Mas esta porção de terra garante apenas a libertação do comerciante, onde o camponês pode plantar para o seu sustento e de sua família, mas pode também usar o pouco excedente da produção para pequenas trocas, sendo assim, este não está livre da exploração do patrão capitalista, continuando exposto a condições de trabalho intensivo, com altas jornadas, e sua força de trabalho sem o devido valor.

Sobre “As dificuldades crescentes da Agricultura Produtora de Mercadorias”, Kautsky aponta um erro frequente e fundamental de alguns pensadores, crítica que Lenin concorda, que é afirmar que se os preços das fazendas subirem, isto seria

benéfico para a agricultura. Muito pelo contrário, afirma, tal tática beneficiaria apenas os grandes latifundiários, detentores de grandes áreas de terra e aos bancos hipotecários, mas de forma alguma os pequenos produtores, a agricultura ou seu futuro. Esse tema é de enorme importância hoje, considerando os efeitos deletérios que as oscilações e especulações do mercado fundiário produzem sobre o processo de regularização das terras, encampado pelas lutas e reivindicações do movimento camponês, indígena e quilombola, resguardadas suas especificidades.

Neste capítulo da obra de Kautsky são também trabalhadas questões como a renda fundiária e a lei da herança, que se apresentam como base para outra dificuldade a afetar a pequena agricultura comercial, que diz respeito à necessidade de integralização e expansão permanente da propriedade, em sua condição privada. Esta propriedade privada, se transmitida por herança, é fracionada por vários herdeiros, e este fracionamento pode levar inclusive ao retrocesso técnico da produção agrícola ali consolidada, ou ainda, a uma sobrecarga financeira pelas novas hipotecas, se apresentando como mais uma dificuldade que assola a pequena propriedade. Esse é um tema bastante atual, a expressar de maneira contemporânea algumas contradições importantes do nosso padrão de agricultura familiar.

A última dificuldade da agricultura comercial que Kautsky assinala é o “despovoamento do campo” e a absorção pela cidade desta mão de obra. Tese que também é rebatida por

Bulgákov. Este afirma que o despovoamento do campo e o consequente aumento da população urbana não constituem uma lei do desenvolvimento da agricultura capitalista. Esta posição de Bulgákov foi duramente criticada por Lenin, que retoma a sua tese se desintegração do campesinato e consequente assalariamento.

Kautsky afirma que, apesar do progresso técnico em alguns lugares, começou também a decadência na agricultura, onde certa prosperidade não tem origem no bem estar do campestino, mas sim na depressão de toda a agricultura. Esta afirmação também gerou críticas da parte de Bulgákov, pois este não compreende a tendência do desenvolvimento das forças produtivas, e que tanto na agricultura como também na indústria o capitalismo impulsiona essas forças, mas também agudiza as contradições e as dificuldades. Este papel histórico do capitalismo agrícola é uma das ideias fundamentais de Marx.

O autor sinaliza para a evolução do modo capitalista na agricultura, no entanto, diferenciando-se de Lenin, não prega o fim da pequena propriedade, pelo contrário, afirma que a grande exploração carece das pequenas propriedades para a exploração industrial, tanto para fornecerem matéria-prima à indústria como mão-de-obra assalariada. Enfatiza que é possível a sobrevivência da pequena propriedade familiar se esta – apesar de todas as críticas – for capaz de formar cooperativas e associar-se, sugerindo a formação e ligas camponesas, uma organização

coletiva para superar as dificuldades da penetração do capitalismo no campo e tudo o que ele representa.

1.3. A DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO: O PENSAMENTO DE LÊNIN

Vladimir Ilich Lênin (1870-1924) é reconhecido como um dos autores marxistas clássicos mais importante e, dentre os temas decisivos acerca da revolução russa e das categorias analíticas marxistas, apresenta umas formas de grande respaldo de se pensar a questão agrária e camponesa. Autor de diversas obras de grande importância, dentre elas “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, publicada em 1899 (1985) onde é analisada a formação do mercado para o capitalismo, na qual a desintegração do campesinato se apresenta como um processo determinado pelas relações de produção em direção ao capitalismo e uma das consequências mais significativas da inserção desse processo na agricultura. Ainda, se propõe a um debate com os populistas russos – Kautsky e demais pensadores que defendiam que a terra deveria se manter na mão dos camponeses¹⁰ -, defendendo a coletivização da terra para garantir

¹⁰ Quando Kautsky publica “A Questão Agrária” em 1899, a obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de Lênin já estava pronta. Tanto que Lênin, como vimos, escreve uma nota tecendo elogios a obra de Kautsky e rebatendo as críticas de pensadores como Bulgákov.

a existência de um novo regime, de um novo modelo de sociedade.

A obra de Lênin serve, portanto de base teórico-metodológica essencial para analisarmos e discutirmos o campesinato. Portadora de um caráter inovador, para os moldes dos debates da época, é uma obra que estava a frente do seu tempo histórico, motivo pelo qual, até hoje, se apresenta como atual e com importante repercussão nos estudos rurais.

Lênin foi líder da Revolução de outubro de 1917 e também fundador da Terceira Internacional Socialista. Em uma de suas obras mais notáveis “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, Lênin, em contraponto às teses populistas, acusando-as de serem dotadas de superficialidades, lembra do desenvolvimento industrial tardio de seu país em relação aos países do Ocidente, onde se apresentavam diferentes interesses de classe. Durante os últimos suspiros da Revolução Burguesa que se iniciara em 1905, Lênin escreve no prefácio à segunda edição, publicada no ano de 1907 o seguinte texto:

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato, evidente quer do ponto de vista da sua situação, quer do ponto de vista do seu papel. De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corvéia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente

as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida”, se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruina completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (LENIN, 1985, p.9-10).

Lênin debruçou-se sobre o estudo das propriedades rurais da Rússia e apontou que o processo capitalista havia provocado uma “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário, além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LÊNIN, 1985, p.83), ou seja, o padrão de produção havia se modificado e o camponês necessitava cada vez mais de capital para sobreviver nesta nova conjuntura no campo.

Baseia seus estudos nos censos agrícolas, que eram realizados pelos *zemstvos* nas formas de auto-administração local, sob controle da burguesia. Através desses estudos buscava elementos para fundamentar empiricamente, através de dados, a sua teoria sobre o desenvolvimento rural sob a égide capitalista. Aponta para uma de suas principais teses, a da diferenciação social, onde esta levaria o campesinato a uma transformação, que resultaria em duas condições sociais: os burgueses seriam os grandes proprietários de terras, e se utilizariam da mão-de-obra assalariada dos camponeses ou desapropriados de suas terras; e ainda os operários agrícolas seriam despossuídos dos bens de produção e desapropriados de terras. Apoiado no arcabouço teórico marxista, reflete minuciosamente sobre algumas teses da época e apresenta as contradições a respeito da posição do campesinato no capitalismo.

Em um dos capítulos mais fundamentais de sua obra, intitulado “A Desintegração do Campesinato”, Lênin debate sobre a situação do camponês diante ao processo capitalista, e revela um camponês totalmente subordinado ao mercado, à economia mercantil. Essa dependência se apresenta em todas as áreas de reprodução da vida, tanto para consumo de produtos necessários a ele e sua família, como principalmente para a realização da atividade agrícola, gerando um mercado interno para o capitalismo.

O processo de desintegração do campesinato é percebido como consequência de diversos fatores, indicados em conjunto a partir de dados sobre “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado” (LÊNIN, 1985, p.94). Munido das análises decorrentes dessas informações, Lênin formula a tese da desintegração do campesinato na Rússia associada ao empobrecimento do camponês, representado processo que para ele não era antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida.

Atribuimos fundamental importância a essa conclusão, não só em relação com o problema do capitalismo na Rússia, mas também com a questão da validade geral da teoria populista. Precisamente essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema das relações econômicas existentes na comunidade geral não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um atual sistema pequeno-burguês. Contrariamente ao apregoado pelas teorias dominantes entre nós no último meio século, a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, [...] que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a

agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, [...] é aí que a ação transformadora do capitalismo se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1985, p.113).

Essas transformações são decorrentes do processo capitalista no campo, dotadas de contradições que são próprias de qualquer economia mercantil e também do capitalismo, que fazem com que ocorram mudanças nas classes sociais rurais. Afirma que não há um fenômeno econômico que não se apresente sob esta forma, no campesinato ou na indústria, onde haverá divergências de interesses, que são próprias do sistema capitalista. Nesse sentido, faz uma afirmação sobre o campesinato antigo, de que este não apenas se diferencia de sua nova forma, mas “ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem à base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LÊNIN, 1985, p.114).

Como já percebemos em sua abordagem, Lênin insiste que o campesinato, em sua forma antiga, deixará de existir, e será substituído por novos tipos de população rural que comporão uma nova sociedade sob a égide capitalista de produção. O estudo de Lênin mostra de fato que com o avanço do capitalismo o que deixou de existir foi a forma tradicional e típica do campesinato russo. A necessidade da aquisição de capital

pelos camponeses para realizar suas atividades alterou a rotina de trabalho, os processos, objetivos e destinos da produção agrícola. Em consequência disso, os grandes proprietários apresentam melhores condições para enfrentar ou mesmo adaptar-se ao sistema capitalista na agricultura. Ainda, mostra que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura suscitou um antagonismo nas classes sociais rurais, decorrente da existência de uma oposição de classes; de um lado, estava a burguesia rural e, de outro, estavam os operários agrícolas. Conforme Lênin, “os agricultores se metamorfoseiam cada vez mais depressa em produtores submetidos às leis gerais da produção mercantil” (1985, p. 202).

Evidenciou-se que o campesinato de (sic) desintegra com enorme rapidez, propiciando a formação de uma burguesia rural numericamente insignificante, mas ponderável pela sua situação econômica, e um proletariado rural. Este processo de ‘descamponização’ é inseparável da substituição, pelos proprietários fundiários, do sistema de pagamento em trabalho pelo sistema capitalista (LÊNIN, 1985, p. 202).

Para Lênin, o sentido do desenvolvimento da agricultura é a expropriação dos meios de trabalho desse camponês pobre, reduzindo-o a mais uma força de trabalho, mais um assalariado que estará disponível para o mercado de trabalho rural ou urbano,

inclusive uma mão de obra barata para o grande proprietário. Na estratificação da sociedade capitalista, o camponês pobre se tornará um proletário e, mesmo que ainda detenha a posse da terra, este processo de proletarização será cada vez mais crescente e irreversível. Lênin, seguindo fielmente a tradição marxista, vê esse processo como necessário, pois está relacionado com a extração de mais-valia (expropriação da força de trabalho pelo capitalista que detém os meios de produção), que se apresenta como um dos pilares fundamentais do capitalismo, sem a qual o capital não pode seguir seu processo de valorização contínua.

Assim (e vamos repeti-lo outra vez), ao assinalar o histórico papel progressista do capitalismo na agricultura russa, não perdemos de vista, o mínimo sequer, o caráter historicamente transitório desse regime econômico, nem as profundas contradições sociais que lhe são inerentes. Ao contrário, já mostramos que precisamente aqueles que apreciam com extrema superficialidade essas contradições são os populistas, que se limitam a lamentar a ‘ruptura’ capitalista, dissimulam a desintegração do campesinato ignoram o caráter capitalista do emprego das máquinas na nossa agricultura, escamoteando – com expressões do tipo ‘ofícios agrícolas’ ou ‘trabalhos eventuais’ – a formação de uma classe de operários agrícolas assalariados” (LÊNIN, 1985, p. 206).

O autor menciona três tipos de campesinatos em sua diferenciação histórica: o campesinato rico, o campesinato pobre e o campesinato médio. O campesinato rico, ou burguesia rural, é entendido por Lênin como aquele setor que pratica a agricultura mercantil em todas as suas formas – desde o arrendamento de terras até a aquisição destas no mercado. O campesinato rico é constituído pelos grandes proprietários rurais e pelos proprietários de estabelecimentos agroindustriais, onde estes detêm grande parte dos meios de produção e dos produtos agrícolas, e predominam no campo. Precisam contratar mão de obra, pois suas terras ultrapassam a capacidade de trabalho da família, fazem uso de tecnologias agrícolas capazes de representar maior produtividade da terra e do trabalho, garantindo assim uma vantagem competitiva porque podem deixar a terra repousar; investem seu capital novamente na agricultura (compra e aluguel de terras, emprego de operários, aperfeiçoamento de instrumentos, etc.).

Já o campesinato médio é interpretado por Lênin como uma classe intermediária, cujos integrantes precisam recorrer as cooperativas para se manter na atividade agrícola e enfrentam diversas desvantagens em comparação ao camponês rico, tais como a perda de tempo nos deslocamentos e a falta de animais de tração. Partindo do ponto de vista da economia mercantil, o campesinato médio é o grupo menos desenvolvido, por sua situação ser instável e, somente em função dos anos de boa safra

agrícola, conseguem manter-se na atividade camponesa. Lênin afirma que este tipo de camponês médio só sobrevive porque contraem dívidas que são pagas através da venda de sua força de trabalho em atividade associadas. Mas ainda, estão sujeitos a serem lançados nas fileiras do proletariado a cada safra agrícola ruim. Lênin entende que apenas uma minoria pode conseguir ascender ao campesinato rico, enquanto muitos se incorporarão ao campesinato pobre, num processo de intensificação dos extremos, a que o autor denomina descamponização.

O campesinato pobre tem mão-de-obra limitada devido às famílias pouco numerosas. Seus representantes não possuem cavalos, não podem deixar a terra descansar devido ao pouco espaço que possuem demandar toda a utilização, não detêm conhecimento mais complexo das práticas agrícolas e seus produtos tem menor qualidade do ponto de vista do mercado pelos métodos de cultivo com baixo nível de utilização de insumos externos. Nesta categoria denominada proletariado rural, Lênin insere o campesinato pobre, os assalariados, os diaristas, os peões, os operários civis ou aqueles operários com um pequeno lote de terra.

Desta forma, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, fruto da criação de um mercado interno para o capitalismo e ocasionando a diferenciação social no campo e o crescimento das grandes propriedades, na medida em que se desarticulam os camponeses como classe. Para Lênin, com o

avanço do modo de produção capitalista, o desaparecimento do campesinato é inevitável, abandonando os camponeses suas propriedades rurais, para trabalharem na grande propriedade ou nas fábricas dos centros urbanos. Tal questão segue central na práxis política dos movimentos de esquerda no campo.

1.4. A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA: O PENSAMENTO DE ALEXANDER CHAYANOV

A principal obra de Alexander Chayanov e que será utilizada nesta reflexão é “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicada em 1925 (1974), com tradução para o inglês, francês e espanhol. Também servirá de base para a reflexão o texto “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas” (1981), este, com tradução para o português. Os estudos de Chayanov constituem um importante e fundamental referencial teórico acerca da questão camponesa. O autor integrava uma corrente de pensamento econômico russo que se denominava a “Escola de Organização e Produção” que foi inaugurada antes da guerra e ganhou grande respeito e notável importância depois das transformações sociais e econômicas que ocorreram na Rússia com a Revolução de 1905 e de 1917.

Funcionário do Estado russo e economista, um dos últimos representantes da geração dos populistas, desenvolve sua

pesquisa baseada em dados estatísticos e censos agrários realizados junto a população camponesa russa. Conforme Wanderley (2014), Chayanov publicou cerca de 60 textos, além de vários artigos em revistas, no entanto, ainda é um autor muito pouco conhecido e utilizado no Brasil. Parte disso, devido às poucas traduções de seus textos, não obstante, sua obra revela-se uma importante ferramenta para a compreensão da dinâmica interna da vida camponesa, referendada por diversos autores da atualidade.

Simplesmente, aspiramos a compreender o que é a unidade econômica camponesa do ponto de vista organizativo. Qual é a morfologia deste aparato produtivo? Interessa-nos saber como se obtém aqui a natureza proporcional das partes, como se obtém o equilíbrio orgânico, quais são os mecanismos da circulação e da reprodução do capital no sentido da economia privada, quais são os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, e como reage às influências dos fatores externos, naturais e econômicos que aceitamos como dados (CHAYANOV, 1974, p. 36).

A teoria de Chayanov está pautada em três perspectivas, que irão perpassar a sistematização de seu livro e irá fundamentar a sua investigação. São momentos fundamentais de sua trajetória: (1) a coleta do material empírico e as concepções sobre a organização econômica camponesa, para a formulação então de

uma teoria que explique o funcionamento das unidades familiares de produção; (2) o estudo da empresa familiar que trabalha para si ter uma organização diferenciada da empresa com força de trabalho contratada; (3) e, por último, a construção de um projeto alternativo que confronte o projeto de coletivização stalinista.

Chayanov trata da inegável dominância do capital financeiro e mercantil e do papel que este desempenha na economia mundial, mas ressalta que este não deve ser estendido a todos os fenômenos da nossa vida econômica. Ainda, garante que não se pode progredir o pensamento econômico apenas com categorias capitalistas, haja vista que grande parte da produção agrária não segue esta forma, mas sim, de unidade econômica familiar e não como forma assalariada. Após essa constatação, o autor elabora a sua teoria sobre a unidade econômica camponesa, ancorada na ideia de trabalho do próprio camponês e de sua família.

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção

bastante específica de lucratividade.
(CHAYANOV, 1981, p.133-134).

De forma contrária a Lenin e Kautsky, não parte do princípio de que os camponeses estão subordinados à renda da terra e inseridos na dinâmica capitalista, conclusão iluminada pela perspectiva da totalidade de Marx. Ele considera marginal a circulação da produção camponesa, ou seja, onde se daria a subordinação ao capital e conseqüentemente a sua expropriação ao capital. Sua teoria se baseia na necessidade do consumo e na subsistência da família camponesa para compreender a dinâmica do trabalho camponês, portanto, como já mencionado, se debruça aos estudos das economias de produção das famílias camponesas russas durante o início do século XX.

Após diversos estudos empíricos acerca das explorações camponesas na Rússia, estabelece a seguinte tese “o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. (CHAYANOV, 1981, p.138, 139). Este ponto de equilíbrio, que Chayanov defende, aponta que a família deve se utilizar das condições de mercado para buscar o mesmo, sem a necessidade de um dispêndio muito grande de trabalho demasiado penoso, elevando dessa forma o nível de bem estar familiar.

Nossa obra [...] demonstrou que este ponto de equilíbrio é bastante variável. É

alcançado da seguinte maneira: de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados (que determina o grau de fadiga do trabalho); de outro, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades, que determinam a ação do consumo (CHAYANOV, 1981, p.139).

De acordo com sua teoria, Chayanov (1981) apresenta a exploração agrícola familiar, onde a família camponesa trabalha pra satisfazer suas necessidades básicas e fundamentais, emprega sua própria força de trabalho no cultivo da terra e, depois de um ano trabalhado, recebe em troca uma quantia de bens. Neste modelo de exploração, não há a categoria salários, somente o produto de seu trabalho, que serve de meio de troca no mercado na circulação simples. Assim, se consideramos a ausência do trabalho assalariado e, por conseguinte a não acumulação de capital, a unidade econômica camponesa é apresentada por Chayanov como não-capitalista.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação da estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor

a essa estrutura um lucro líquido, a renda e o juro do capital como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 1974, p.137)

Neste sentido, tem-se que, ao contrário da empresa capitalista, a exploração familiar se organiza de forma diferenciada, não sobre a base da exploração e apropriação do trabalho de outrem, ou seja, da mais-valia. O autor considera que sem a presença da mais-valia o sistema produtivo familiar assume uma característica específica, que deve ser estudado com teorias econômicas igualmente singulares. Sendo o camponês, o proprietário e ao mesmo tempo o trabalhador, depende para a sua reprodução social de garantir a preservação de seu patrimônio produtivo e até mesmo a sua ampliação, que se dá através do seu próprio trabalho e de sua família - lembrando-se do ponto de equilíbrio da produção familiar -, num processo diferente do capitalista.

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade de uma exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-

exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica. (CHAYANOV, 1981, p.141).

Os subsídios de Chayanov, neste sentido, apontam para que o camponês e sua família avaliem o grau de intensidade e penosidade de seu trabalho, a partir da quantidade de bens e rendimentos que este traz. Assim podemos perceber algumas diferenças entre o pensamento de Marx e Chayanov, conforme explica Archetti (1974¹¹ que para Chayanov o limite era a superexploração da força de trabalho, enquanto que para Marx o limite era o salário. Chayanov parte da microeconomia, da autossuficiência do camponês, enquanto Marx funda sua teoria no sistema econômico global, e o campesinato como classe trabalhadora inserida neste sistema.

Segundo o autor, a dinâmica em que a relação consumo-produção em uma unidade familiar aumentaria, deveria levar em consideração o número de trabalhadores que existe na família. A expansão dos cultivos está pautada na quantidade de consumidores e na sua necessidade de consumo. Sendo que a

¹¹ Texto de Eduardo P. Archetti para apresentação do livro de Chayanov “La organización de la unidad económica campesina”. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, recentemente traduzido do espanhol para o português por Horácio Martins Carvalho.

renda, se baseada no lucro médio, poderia ser renunciada pelos camponeses, que trabalhariam para sobreviver, ou seja, para atender suas necessidades fundamentais de consumo e não para alcançar uma renda compatível com a taxa de lucro médio conforme explica o autor. (CHAYANOV, 1974).

Considerava, portanto a diferenciação demográfica das famílias camponesas mais significativas para o contexto russo do que a diferenciação social proposta por Lenin, que se tratava da desintegração do campesinato.

Não há dúvida de que certa diferenciação deste tipo se produz realmente no campo, porém, uma análise mais profunda da composição da unidade econômica camponesa demonstra que a heterogeneidade não pode ser explicada apenas pela diferenciação social. Ela depende não só do desenvolvimento dinâmico, mas também, e de forma considerável, do efeito dos fatores demográficos que resultam da natureza da unidade econômica camponesa (CHAYANOV, 1974, p. 290).

Chayanov defende que há uma racionalidade singular camponesa nas unidades produtivas familiares, no que diz respeito à distribuição de recursos (terra, trabalho e capital), e esta racionalidade tornaria a propriedade camponesa um elemento fundamental para o funcionamento da economia. Ainda, aponta que cada família possui diferenciação demográfica, ou seja,

distintas relações entre o número de trabalhadores/consumidores da família camponesa. A questão estava voltada, portanto, para o consumo e para o número de membros que existem na família, onde se revela outra substância na atividade camponesa, pois este trabalho serve para suprir às demandas imprescindíveis à manutenção da família e não para a produção de valor.

O autor pretendeu desvendar as leis que regiam o funcionamento interno da unidade de produção familiar. Seu material empírico de pesquisa é o resultado das investigações que fez acerca das condições reais da vida do campesinato russo, submetidos ao conflituoso momento de construção revolucionária. Como a sociedade é dinâmica, seu pensamento também não se estagna, este vai incorporando a sua teoria as questões que efervesciam na época.

Para ela, na economia camponesa, o que se evidencia é a produção de *valores de uso* para o autoconsumo da própria família camponesa, ao contrário do modo de produção capitalista, onde se produz *valores de troca*. No entanto, quando se produz valores de uso, que são para o autoconsumo, não significa que esteja ausente o excedente produtivo, ele entra na esfera monetária num nível de *sistema mercantil simples*.

Para Oliveira (2001), que sistematiza seus estudos através das teorias sobre a circulação do dinheiro de Marx e também na teoria de Chayanov, as diferenças entre a produção capitalista e a camponesa aparecem no campo da circulação das

mercadorias. Se para Chayanov o camponês deixa de produzir quando consegue prover suas necessidades básicas, o que temos, nada mais é que a circulação simples de mercadoria já explicada por Marx, através da equação M-D-M. Conforme Oliveira:

[...] a questão fundamental nos estudos sobre a produção camponesa é a distinção do *movimento* na circulação entre esta e a produção capitalista. Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula *D-M-D* na sua versão simples e *D-M-D'* na sua versão normal, ampliada portanto. Na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula *M-D-M*. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. (OLIVEIRA, 2001, p.52).

Ainda, segundo o autor, só conseguimos entender a produção de mercadorias na agricultura camponesa através da equação da simples circulação, onde, o camponês vende para comprar. Neste caso, o comércio da produção está à margem da circulação, seja para apropriar-se dos valores de uso, seja para satisfazer suas necessidades básicas e fundamentais.

Assim sendo, tem-se que o objetivo fundamental da produção camponesa é a subsistência. Desta forma o camponês

garante uma certa autonomia na realização de suas atividades perante o grande proprietário e a grande indústria, como o que plantar e que destinação dar ao excedente. Como já observado antes, este excedente entra na circulação em sua forma simples, e sua venda tem um fim específico: comprar produtos que não foram produzidos internamente, adquirir sementes e insumos para a próxima produção, adquirir instrumentos de trabalho, utensílios para a casa e roupas, e ainda pagar os tributos ao Estado e à Igreja. Isso se dá mediante a conversão do produto vendido em dinheiro e do dinheiro novamente em mercadoria.

Conforme expõe Archetti (1974), Chayanov afirma que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, porque neste trabalho não existe o fenômeno social dos salários e, logo, também encontra-se ausente o cálculo capitalista do lucro. O problema seria determinar que mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica.

Para Archetti (1974) com as ideias de Chayanov e as devidas aproximações marxistas, pode-se construir um contínuo de atores sociais na estrutura agrária. A unidade econômica camponesa típica seria constituída tendo duas características principais: o uso da força de trabalho familiar e falta de acumulação de capital. Neste modelo, o camponês que usa força de trabalho familiar, e acumula capital tendo em vista uma maior produtividade de seu trabalho, encontra-se num nível de

desenvolvimento de capitalismo agrário diferente daqueles que combinam sua força de trabalho com força de trabalho alheia - mais-valia - e acumula capital. E ainda coabitaria com as explorações puramente capitalistas, onde a força de trabalho é assalariada, e o principal objetivo é a obtenção da taxa normal de lucro.

Para fechar nossa síntese do pensamento de Chayanov, concluímos que o autor vê na adesão as cooperativas coletivas a alternativa efetiva para introduzir o modo de exploração camponesa neste cenário de acirramento da industrialização agrícola em grande escala. Desta forma, o autor sustenta que para permanecer no modo de produção camponesa o caminho é a unidade econômica camponesa familiar e a formação de cooperativas agrícolas, que lhe forneceriam uma base para ascender no mercado, facilitar a venda de sua produção para aquisição dos bens necessários para a manutenção de seu patrimônio, pois para o seu autoconsumo já produzia, coabitando diversas formas de agricultura no espaço rural.

A cooperação existia e existe em muitos países capitalistas. Porém, tanto entre nós antes da Revolução quanto em outros países capitalistas, foi apenas a adaptação dos pequenos produtores às condições da sociedade capitalista, foi apenas uma arma na luta pela sobrevivência. Não se tratava nem poderia se tratar de uma nova

estrutura social (CHAYANOV, 1974, p. 317).

Como já exposto em nossa análise, uma das propostas de Chayanov era apresentar um projeto que se mostrasse uma alternativa ao projeto de coletivização da agricultura. Para tanto, o autor aponta para a formação de cooperativas, mas era absolutamente consciente – assim como Kautsky – dos limites das corporações cooperativas. Mas este afirma que realmente pretendia a construção de uma nova estrutura social, quando diz “[...] de ferramenta técnica de um grupo social, ou mesmo de uma classe, se converte em uma das bases do sistema econômico da nova sociedade” (Chayanov, 1974, p. 317). Entendemos, assim, que esta era uma proposta de também construção do socialismo, apesar nas claras divergências com o programa de revolucionário.

Alguns autores, ainda hoje, ao resgatar a teoria de Chayanov, buscam ratificar a racionalidade do autor ao explicar as unidades de produção familiares, em sua forma interna. Concordamos com Gerardi e Salamoni (2014) quando estas buscam mostrar a contribuição de Chayanov para a compreensão do campesinato em seu funcionamento interno. Defendiam os neopopulistas a viabilidade da existência da agricultura camponesa, dando ênfase na sua capacidade de sobreviver diante das adversidades econômicas, ainda afirmando que a terra deveria ser repassada para as unidades camponesas, e que isto poderia ser

um projeto de reforma agrária consistente. Sabemos também que este posicionamento populista causou um enfrentamento com o governo da época, de Lenin, que tinha o projeto de coletivização das terras, com a eliminação da propriedade privada da terra.

Chayanov apesar de não seguir um modelo marxista de estudos, apresentou uma forma resoluta de compreensão do campesinato. E ainda segundo as autoras (GERARDI, SALOMANI, 2014, p.169) “do empirismo dos primeiros momentos do seu estudo, Chayanov evolui, aos poucos para uma sistematização teórica que assinala as bases de sua teoria explicativa da ação e dos traços econômicos do campesinato.”

Na conjuntura atual, percebemos através dos estudos de Wanderley (1988) que o desenvolvimento do capitalismo no campo cria novos e reatualiza antigos paradigmas, um exemplo disso são os camponeses expropriados de sua condição camponesa, como autossuficientes e dirigentes do seu trabalho. Estes continuam como proprietários da terra e, em parte, de sua força de trabalho, no entanto, perdem a liberdade de comandar o processo produtivo do trabalho que realizam.

A unidade de produção familiar ainda hoje ocupa uma posição central na configuração do campesinato, é claro, com novos desafios, buscando sempre novas possibilidades de aumentar a sua subsistência e resistir com o acirramento cada vez maior do capitalismo no campo.

1.5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CONCEPÇÕES CLÁSSICAS

Consideramos a partir da leitura das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov a extrema relevância destas não apenas para o debate da época, mas para servir de base para os estudos rurais na atualidade. Segundo Graziano da Silva (1981) este debate não perdeu sua atualidade um século depois. Não vivemos a mesma realidade da agricultura russa e europeia, o capitalismo não é mais concorrencial, e certamente as respostas do passado não podem ser mecanicamente transpostas para nossa realidade atual, no entanto, ainda há divergências fundamentais que permeiam o debate da agricultura no século XXI e que reposicionam a vigência das antigas análises e dos posicionamentos políticos decorrentes.

A questão agrária é historicamente objeto de divergências teóricas, como esta travada por autores clássicos como Kautsky, Lenin e Chayanov. As teorias de Kautsky e Lênin se aproximam quando apontam para o avanço das relações capitalistas no campo. Kautsky se notabiliza com a tese da superioridade das grandes propriedades, indicação de tendência de diminuição ou desaparecimento dos camponeses e pequenos proprietários rurais, já Lênin desponta com a tese da desintegração ou desaparecimento do campesinato. Já Chayanov, ao estudar a unidade econômica camponesa familiar, afirma o

contrário, acreditando que o camponês continuará a existir e com a associação e cooperação entre os mesmos há tendência de fortalecimento, formando um modo de produção independente do sistema capitalista.

No que diz respeito à forma de associativismos para permanência no campo, Kautsky e Chayanov se aproximam, no entanto, o primeiro acredita nas formações cooperativas como uma alternativa para o camponês enfrentar as dificuldades frente ao capitalismo, como um meio dentro do sistema para sobreviver levando em consideração a superioridade da grande fazenda, e o segundo acredita numa formação cooperativa independente do sistema capitalista.

Lênin e Kautsky se aproximam novamente quando defendem que os pequenos proprietários familiares, com a penetração do capitalismo na agricultura, são conduzidos ao empobrecimento, ao assalariamento e ainda ao desaparecimento, pois a pequena exploração está fadada à falência em benefício da grande exploração agrícola capitalista, visto que esta se ajusta melhor ao modo de produção capitalista, devido ao tamanho da propriedade e a produção em grande escala.

Chayanov diferencia-se de Lênin também com relação à base demográfica do rural. O primeiro não via o desaparecimento dos camponeses, com a inserção ou penetração do capitalismo no campo, vislumbrava o aumento dos estabelecimentos de economia familiar, posto a produção camponesa depender do

trabalho familiar para sua subsistência. O segundo baseava-se na desintegração do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, seu desaparecimento no decorrer do processo capitalista e em função da expansão das atividades mecânicas e industriais na agricultura.

Para Marx (1988) a ofensiva do capitalismo no campo altera as relações de trabalho, bem como as formas de propriedade e a organização da produção na agricultura. Esta passa a ser subordinada a lógica mais ampla do capital. Segundo o autor “na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo revolucionário a medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o por trabalho assalariado” (MARX, 1988, p. 101).

A partir desta afirmação de Marx é que muitos pensadores - desde os bolcheviques e populistas russos - supõem o desaparecimento tendencial do camponês, sucumbindo ao trabalho assalariado. Essas diferentes formas de leitura da teoria marxista se apresentam como divergências de pensamento que ainda se fazem presente na atualidade nas mais diversas correntes teóricas de análise da questão agrária.

Sendo assim, o antigo debate precisa ser retomado, para trazer luz à discussão contemporânea, muitas vezes fragilizada e alheia de bases teóricas fundamentais. O debate sobre o destino dos pequenos produtores camponeses contemporâneos e a questão ecológica mostra ao nosso ver a atualidade e a

necessidade de reflexão dos clássicos de base crítica para o debate na atualidade.

Seguir a trilha de Marx, Lênin e Kautsky não é uma tarefa fácil em nosso tempo e espaço político-acadêmico. Sendo assim, pleitear uma discussão retomando clássicos, considerando a totalidade do processo histórico da agricultura, torna-se uma atividade passível de muitas interdições, por parte dos pensadores atuais. Todavia, insistimos que a teoria social crítica segue imprescindível para responder aos problemas agrários na atualidade.

Quando se pretender estudar questão agrária segundo o método de Marx não se deve apresentar apenas a questão do futuro que teria eventualmente a pequena empresa agrícola; mais do que isso, nós temos que examinar todas as transformações que sofre a agricultura nas várias fases do modo de produção capitalista. Devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas. (KAUTSKY, 1986,p.15).

2. A QUESTÃO AGRÁRIA E O PROBLEMA DA TERRA NO BRASIL

2.1 RESGASTE DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL SOB A ÓTICA DE FLORESTAN FERNANDES E RUI MAURO MARINI

Refletir sobre o problema do acesso a terra, aos bens necessários para poder cultivá-la e às ações que viabilizem com qualidade de vida a permanência e a resistência da população rural no campo, remete, ao nosso ver, obrigatoriamente para a discussão acerca das desigualdades socio-econômicas estruturais da questão agrária hoje na América Latina e, portanto, no Brasil, voltando ao “descobrimento” das Américas, visando refletir sobre as condições da formação sócio-histórica e econômica latino-americana.

Aprendemos com Galeano (1986) como a América Latina, desde os tempos mais remotos em que os Renascentistas europeus se lançaram ao mar, especializou-se em perder, subordinada ao capital estrangeiro, com sua existência condenada a suprir este capital, sendo fonte de grandes riquezas como petróleo, ferro, demais minerais, incluindo água, e também madeira e alimentos. Por meio desse intercâmbio, desigual conforme sabemos, os países ricos ganham muitos mais consumindo-os do que a América Latina produzindo-os.

Desde a “descoberta” tudo se transformou em capital europeu e mais tarde em capital norte americano. Historicamente, os modos de produção, de consumo e de vida já estão organizados de acordo com a dinâmica mundial do capitalismo, cuja lógica ganha dimensão universal. Neste sentido, a história do aludido subdesenvolvimento da América Latina se ajusta à história do sucesso e do desenvolvimento do capitalismo mundial. Naquele tempo onde os regimes ditatoriais se estendem por quase todo continente, Galeano (1986, p. 5-6) selou com palavras amargas que “Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos”.

Recuando mais ainda, há que registrar o marco histórico de construção do Estado brasileiro, cujo processo se inicia no período do Brasil Colônia com as Sesmarias, nesse sentido, Benjamin... [et al] (1998) conta que, no Brasil, este foi um processo de apropriação de terras extremamente discriminatório, que promoveu a concentração de terras até o período da independência. Assim, aqueles que detinham o poder econômico e político buscavam de alguma forma impedir o acesso a terra por parte das classes subalternas, isso através de leis e ações coercitivas. Exemplo desta relação está no período que antecede a abolição da escravatura, onde as Sesmarias foram extintas, e através da aprovação da Lei das Terras, o acesso a terra passa a se

dar somente pela relação de compra e venda ou por doação feita diretamente pela Coroa. Desta forma, temos que:

[...] Desde 1822 a terra era livre, mas os trabalhadores eram escravos. Quando se aproximava o dia em que os trabalhadores seriam livres, a terra foi aprisionada. As antigas Sesmarias ficaram com os grandes senhores; as terras devolutas com a Coroa e seus amigos, que recebiam glebas imensas. Os pobres foram impedidos de ter o acesso legal a propriedade (BENJAMIN.et al 1998, pg.77-78).

Assim o acesso a terra foi negado à maioria da população, pois no momento em que os ex-escravos - então libertos - poderiam acessá-la o foram impedidos pela nova Lei de Terras¹². Esse processo deu continuidade a concentração de renda, riqueza e poder político, consolidando um modelo de

¹² A Lei de Terras sancionou algo essencial para a emergente sociedade capitalista que se impunha ao mundo pós-colonial: a completa transfiguração jurídica da propriedade da terra, a partir de então, definitivamente em mercadoria. De acordo com essa Lei, qualquer brasileiro poderia tornar-se proprietário privado de terras, tendo que, no entanto, pagar determinado valor à Coroa Portuguesa. Assim explica Stedile (2005, p.23): “(...) essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para comprar, pagar pelas terras à Coroa. E assim, continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados.” A abolição do trabalho escravo aconteceu somente em 1888, mas os escravos libertos foram impedidos de tornar-se camponeses.

Estado que cristalizou as relações de desigualdade social. Como nos explica Ilka Boaventura Leite (2000, p.335):

Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os uma outra categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele nuncia – e denúncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra.

Com isso, uma das grandes dificuldades de consolidação de políticas efetivas para o campo no Brasil ainda hoje remonta este elemento estrutural, que marcou historicamente a sociedade brasileira, com um legado que se reproduz incessantemente.

O Brasil conduziu seus dilemas nos moldes do restante da América Latina, portanto, como nos ensina Fernandes (1987), entender as desigualdades sociais implica em uma análise das dimensões estruturais do Estado brasileiro, identificando o processo histórico que firmou o modelo discriminatório de acesso a renda e riqueza. Percebe-se que essa desigualdade nasce com a

concentração de terras desde a época dos senhores rurais, e essa mesma elite do Brasil colônia passou a compor a organização do Brasil nação, controlando o setor econômico e político. Assim, para Fernandes (1987):

[...] A preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da nova ordem nacional a partir da herança nacional (ou seja, de uma “revolução dentro da ordem”). (p.55)

Deste modo, de acordo com o autor, o que ocorreu foi uma “revolução conservadora”, onde não houve um rompimento com as velhas estruturas coloniais, pois essas apenas se reinstalaram em um novo cenário político. Os antigos senhores rurais passam a ser os novos cidadãos com poder de decisão, neste momento de criação do Estado Nacional, sem a participação da classe trabalhadora, que era formada basicamente pelos escravos e a estes não se reconhecia “consciência de classe”, o que fortalecia ainda mais o poderio da aristocracia agrária. Sendo assim, as elites brasileiras não se interessavam pela Independência como pensávamos, com uma convicção anticolonialista e libertadora, que questionasse e refutasse a ordem posta, mas sim motivadas pelas implicações econômicas,

políticas e sociais que esta “revolução”, com o rompimento do estatuto colonial, possibilitaria, em termos de mais poderio e domínio em todos os níveis da ordem social ou da sua distribuição, caso os "de baixo" conseguissem organizar essa conquista.

O precursor da burguesia agrária, o antigo dono do engenho, que antes comandava sua fazenda e seus escravos, passou a se interessar pela política e ganhou força, reconhecendo-a como mais um meio de dominação e expansão de riqueza. Desde sempre o Estado latino-americano se põe à serviço dos interesses oligárquicos. Este modelo econômico influenciou toda a história da nação, reproduzindo em diferentes contextos políticos a concentração de riqueza e de poder em um segmento, “Portanto, estamos diante de uma revolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou nem se destruiu para formar o ‘setor novo’.” (FERNANDES, 1987, p. 80).

A sobreposição conflituosa entre duas épocas: “a da velha República latifundiária dos coronéis e a do novo País do Estado, da indústria e dos trabalhadores” (NOGUEIRA, 1998, p.29) dinamizou efetivamente a sociedade nos moldes capitalistas, mas impôs a reorganização do sistema de poder, de forma mais uma vez paradoxal, pois que produto da perenização de seu pólo mais atrasado no novo pacto dirigente. Assim, o compromisso foi firmado entre as velhas e as novas elites, dessa vez mediado pelo Estado:

Na realidade material, na política e nas mentes, o Brasil mudava. No entanto, em certa medida, continuava o mesmo: a democracia não avançava, as massas permaneciam à margem das decisões e os seculares problemas nacionais – miséria, concentração da propriedade agrária, dependência externa, profunda desigualdade regional e social – restavam intocados ou eram dramaticamente agravados. (IBID).

Esse recuo histórico é essencial para deciframento das contradições do presente, se pretendemos contribuir na práxis política que irá empreender as rupturas necessárias ao processo de democratização da propriedade, da renda, da riqueza e do poder, que pauta o horizonte de luta social no país. Assim, é de fundamental importância insistir nas análises das transformações jurídico-políticas das instituições e dinâmicas econômicas, que contribuam para compreender essa característica central ainda hoje decisiva: a mesclagem do atraso x moderno, cuja permanência se eterniza continuamente como dinâmica estrutural da nossa formação capitalista.

A criação do Estado Nacional, atado a essa aristocracia agrária, consolidou a simbiose entre velho e o novo, como mais uma possibilidade de centralização de poder atente da ordem fazendária. No Brasil, portanto, a expansão centrada no setor agrícola, em um primeiro momento, estruturou o mercado interno

que intensificou o desenvolvimento urbano, posteriormente, expandindo-se para novos mercados e economias. Neste contexto, democratizar o acesso a terra se tornou um desafio cada vez maior, e não é sem razão que no Brasil a questão da reforma agrária segue ainda hoje tão conflituosa e polêmica.

Fernandes (1987) analisa a consolidação do capitalismo no Brasil, evidenciando três fases: a primeira teve início com a abertura dos portos e foi até meados do século XIX, período marcado pela eclosão de um mercado capitalista moderno; a segunda fase continua na segunda metade do século XIX até 1950 já no século XX, marcada pela formação e a expansão de um capitalismo competitivo; dos anos 1950 até o golpe militar em 1964 temos a terceira e última fase apontada por Fernandes, que se apresenta como o período de incursão do capitalismo monopolista.

Nesse sentido, apreender esta dinâmica histórica e estrutural do sistema capitalista requer a remissão dos traços singulares de nossa formação socioeconômica e sua integração ao capitalismo mundial. Essa observação, portanto, instiga o estudo da teoria marxista da dependência (TMD), sem dúvida, umas das mais importantes interpretações dessa singularidade. Dentre os autores aqui eleitos em nossa reflexão, destaca-se Rui Mauro Marini, grande pensador das ciências sociais latino-americanas, fundamental para a compreensão da trajetória, dilemas e

complexidade da América Latina, que ainda é um desafio na contemporaneidade. Segundo Marini (1990)

[...] se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1990, p. 141).

A teoria marxista da dependência dialogou criticamente com o pensamento propalado pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), desde a década de 1950. Após o Golpe Militar que ocorreu no Brasil, seguido por outros países da América Latina, intelectuais da esquerda, que postulavam o “pensamento do desenvolvimento nacional autônomo” mereceram a contraposição da TMD. Neste cenário de repressão político-militar, onde os movimentos sociais e partidários de esquerda vêem ampliados os desafios para a resistência ao regime ditatorial, a TMD ganha estatura, e em meados da década de 1960 revela-se como um novo e rico esforço de reflexão sobre as mudanças ocorridas na América Latina a partir dos anos 1930. As últimas mudanças na estrutura socioeconômica para nova internacionalização dos mercados internos dos países latinos, configurou-se no caráter paradigmático da dependência do continente ex-colonial em relação aos países de economia central.

Nos anos pós-Guerra, a tarefa de reconstrução das economias dos países diretamente envolvidos, fizeram estes buscar novos mercados e foi nesse momento que houve a penetração maciça do capital estrangeiro estadunidense em nosso continente.

Dentre os elementos estruturais que caracterizam a posição de dependência ocupada pelos países latinos, Marini - no estudo original da Lei do Valor - revela que a forma de produção da riqueza no continente - fartamente produtora de superlucros, conforme Fernandes demonstra também - dota como mecanismo geral a superexploração¹³ do trabalho, que se revelou como categoria teórica decisiva para análise da nossa realidade.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se

¹³ A obra Dialética da Dependência, publicada em 1973, de Rui Mauro Marini – talvez uma de suas mais importantes obras – demarca a relevância teórica do conceito superexploração para a compreensão do desenvolvimento capitalista nos países da América Latina.

radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1990, p. 162).

A categoria da superexploração da força de trabalho deve ser entendida, segundo o autor, como uma exploração capitalista onde se viola os elementos vitais para reprodução da força de trabalho, a exemplo da sua remuneração, que ocorre abaixo do seu valor real, nos termos do que deveria ser o salário. Neste sentido torna-se relevante lembrarmos a passagem de Marx (2013) em “O Capital”, onde este afirma:

Com a jornada de trabalho prolongada, amplia-se a escala da produção, enquanto o capital investido em maquinaria e edifícios permanece inalterado. Por isso, não só cresce o mais-valor como decrescem os gastos necessários para sua extração. É verdade que isso também ocorre, em maior ou menor medida, em todo prolongamento da jornada de trabalho, mas aqui ele tem um peso mais decisivo, porquanto a parte do capital transformada em meio de trabalho é, em geral, mais importante. Com efeito, o desenvolvimento da produção mecanizada fixa uma parte sempre crescente do capital numa forma em que ele, por um lado, pode ser continuamente valorizado e, por outro, perde valor de uso e valor de troca tão logo seu contato com o trabalho vivo seja interrompido (MARX, 2013, p. 322-323).

Desta forma, podemos perceber como atua a lei do valor sobre a força de trabalho, sob as condições “normais” de

exploração do trabalhador no modo de produção capitalista. Em sua análise marxiana, Marini sistematiza o movimento da categoria da superexploração do trabalho, acentuando sua dialética contemporânea a partir da combinação das três modalidades de apropriação do trabalho excedente por parte dos capitalistas, sendo elas: 1) o prolongamento da jornada de trabalho; 2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital. Juntas uma ou mais dessas modalidades, resultaria em um salário rebaixado para o trabalhador, completamente incompatível com um processo de trabalho que exige um desgaste físico e mental além do "normal".

Marini (2000) desenvolve seu estudo fielmente embasado na Lei do Valor de Marx, incorporando reflexões de outros pensadores de tradição marxista – como Rosa de Luxemburgo, Lênin e Trótsky –, buscando decifrar concretamente as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Nesse sentido, enfatiza sua preocupação metodológica no trato com as categorias marxistas, afirmando: as categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade, como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem que ponderá-las, sem que isso implique, de forma alguma em

romper com o fio do raciocínio marxista, enxertando-o corpos estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ele. (MARINI, 2000, p.107).

Marini (2000) tem um olhar rigoroso sobre a formação do capitalismo na América Latina e a localiza como resultado da expansão comercial do século XVI, e que seu desenvolvimento estaria em “consonância com a dinâmica do capitalismo mundial.” (MARINI, 2000, p. 107-108). O autor traça os aportes da TMD, com o intuito de compreender as leis específicas que regem o desenvolvimento do capitalismo na periferia deste sistema, no âmbito do processo geral de acumulação capitalista. A TMD ao eleger a categoria da superexploração do trabalho como conceito-chave para a compreensão da dinâmica social do capitalismo dependente, mas decerto não exclusivo, revela-se fecunda ao debate da formação capitalista brasileira, cujos fundamentos são essenciais para análise dos determinantes estruturais da questão agrária no país. Por se tratar de um processo extremamente dinâmico, há a necessidade de uma adequada atualização, visando tanto o aprofundamento destas leituras, bem como o aporte dos novos estudos, com vistas a corretamente se analisar a questão agrária, no contexto das transformações do capitalismo brasileiro.

A rápida referência nesse projeto de dissertação aos elementos histórico-econômicos do capitalismo brasileiro, bem

como das suas características singulares ressaltadas pela TMD, visa apresentar o enquadramento teórico-categorial sobre o qual será desenvolvido o painel histórico da questão agrária no Brasil, apresentando os elementos explicativos que permitirão reconhecer os traços fundamentais da questão da terra como ativo central da formação capitalista dependente - ainda atada à exportação dos produtos agrícolas, tal como na fase colonial. Nesse sentido, o debate russo será aqui retomado, buscando identificar a contraditória dinâmica econômico-social da questão agrária tanto na formação capitalista tardia, quanto na constituição das classes latifundiária e campesina no contexto da ordem fazendária latino-americana.

2.2 DEBATE TEÓRICO-POLÍTICO DAS PRINCIPAIS TESES DA QUESTÃO AGRÁRIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Para Marx (1988) a entrada do capitalismo no campo altera as relações de trabalho, bem como as formas de propriedade e a organização da produção na agricultura. Esta passa a ser subordinada a lógica mais ampla do capital. Segundo o autor, “na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo revolucionário a medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o por trabalho assalariado” (MARX, 1988, p. 101)

A partir desta afirmação de Marx, muitos pensadores, desde os populistas russos, supõem o desaparecimento tendencial do camponês, sucumbindo ao trabalho assalariado. Lênin (1985) não acreditava na resistência dos camponeses dentro do modo de produção capitalista, sendo substituído por relações assalariadas. Já Kautsky (1990), Chayanov (1974) e Rosa Luxemburgo (1991) acreditavam na resistência do campesinato no interior da agricultura capitalista. Estas correntes de pensamento têm sido à base de discussões recentes sobre a questão agrária brasileira.

Stédile (2011) contextualiza o debate atual da questão agrária no Brasil, sistematizando as principais correntes e pensamento que perpassaram a temática de 1500 até a década de 1960, e apresenta quatro grandes grupos teóricos críticos da questão agrária.

A primeira vertente de pensamento apontada pelo autor é a corrente hegemônica pelo PCB (Partido Comunista do Brasil), o qual era o principal partido de esquerda na década de 1960. Nele encontram-se pensadores tais como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas. Eles defendiam a existência de um feudalismo na formação econômica do Brasil, postulando que o capitalismo deveria ser aprofundado como uma das etapas para se alcançar o comunismo. Propunham uma união entre proletários e burguesia nacional para derrubar o que denominavam de feudalismo no país. No entanto, o que acabou ocorrendo factualmente foi uma aliança entre a burguesia,

os latifundiários e os militares contra os proletários e os camponeses, que culminou no Golpe Militar de 1964.

Por outro lado, teórica e politicamente, a análise marxista revelou que no sul da América - desde a experiência dos *plantations* sob o regime do trabalho escravo - do que se tratava era da inserção *sui generis* do regime colonial ao processo de acumulação primitiva, essencial ao seguimento da ordem capitalista mundial.

Assim, temos a segunda corrente de estudos, que tem como principal representante Caio Prado Jr, que abre uma dissidência ao pensamento majoritário do PCB, em razão de discordâncias fundamentais na análise da questão agrária, portanto, na forma como o partido interpretava a formação sócio-histórica do Brasil. Para este autor a colonização do Brasil ocorre no momento de forte prenúncio do capitalismo e de exploração agrária, e o entrave do desenvolvimento capitalista não se encontrava no latifúndio, tampouco a solução estava na reforma agrária tradicional, mas sim no fortalecimento das condições econômicas da população rural. Segundo este autor

(...) fortalecimento do capitalismo será acompanhado pelo avantajamento da posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, o que decorre, segundo vimos, dos mesmos fatores estimulantes do progresso capitalista. Esse progresso marchará assim

de par com a valorização da força de trabalho que constitui sua negação. É esse processo dialético que a reforma agrária desencadeará, e que na fase subsequente levará a economia agrária para a sua transformação socialista (PRADO Jr, 2011, p. 87).

A terceira corrente conhecida como Escola Cepalina, faz referência à CEPAL, que transformou-se num centro de pesquisa de referência para estudos e difusão das interpretações da América Latina para a questão agrária. Estes pensadores entendiam que o Brasil vivia em um capitalismo atrasado e subdesenvolvido desde o período de sua colonização, e a solução que estes apresentavam para o problema era fortalecer o mercado interno e a indústria nacional. No plano agrário destacavam a incapacidade da estrutura agrária do país de aumentar a produção de produtos agropecuários, visto que a mesma não se desenvolvia no ritmo da indústria. Porém, destacavam a sua capacidade de suprir o mercado interno. Defendiam a reforma agrária para combater os problemas da macroeconomia, que tinha na produção agrária um entrave para o processo de desenvolvimento. No que se refere à mecanização, advogavam em prol da modernização do setor, para a liberação de mão de obra suprir a indústria. Tem como representantes brasileiros Celso Furtado e Ignácio Rangel.

A quarta e última corrente representada por Stédile, apresenta-se como uma superação ao pensamento cepalino, pois decorre da perspectiva antagônica então formulada quanto as causas da nossa dependência e das alternativas para sua superação hegemônica pelo weberianismo cepalino. Tendo como um dos expoentes Rui Mauro Marini, também somam a este grupo Teotônio Santos, Paulo Wright, André Gunder Frank, Vania Bambirra e outros. Estes pensadores sempre defenderam a imperiosa necessidade de uma reforma agrária socialista, visto que o processo revolucionário de ruptura do sistema capitalista era reconhecido como única via de superação do subdesenvolvimento.

Posicionando nosso debate na atualidade, devemos observar que entre os estudiosos da temática da questão agrária recentemente, foi se expandindo e/ou reatualizando um pensamento que postula que a terra deixou de ser um fator essencial da produção agrícola, com o argumento de que o avanço tecnológico, vivenciado principalmente após a década de 1960, minimiza o papel deste ativo econômico da produção capitalista na apropriação de riqueza no campo. No entanto, percebemos que cada vez mais a produção de renda no campo depende do fator terra. Essa errônea constatação da pouca relevância da terra na produção permite preocupantes formulações, a exemplo da que advoga que reforma agrária não tem mais razão de ser no momento atual do Brasil, levantando a necessidade de que todo o

investimento do Estado seja voltado para a consolidação de obras de infraestrutura e de desenvolvimento tecnológico no campo.

A nosso ver, o discurso do uso da tecnologia em detrimento do debate da questão da terra reproduz um sofisma tendencioso, àquele que elide a conflitualidade central da propriedade privada e de seus limites e função social, aderindo aos tempos do agronegócio, portando, conformando-se à ordem expropriadora voraz do latifúndio.

Sob o signo do processo de *reprimarização*, a economia latino-americana encontra-se em flanco retrocesso em termos da construção de alternativas pós-neoliberais. Ao analisar a reestruturação conservadora que decorre da última crise econômica na América Latina, Beatriz Paiva (2014, p. 340), em diálogo com Claudio Katz, demonstra como se consolidou padrão de especialização exportadora, a se recriar nos países da região uma dinâmica de inserção internacional da América Latina de novo como provedora de produtos básicos, agrícolas e de extração mineral.

Contemporaneamente, retoma-se um novo ciclo da dependência latino-americana, com estratégias remodeladas na forma de superendividamento do Estado e de austeridade fiscal, outro nome para a política econômica de contenção dos gastos sociais referentes aos direitos das classes trabalhadoras nacionais, recurso usual para recuperação das taxas de lucro

para o capital, nos movimentos dedicado a apascentar as crises capitalistas. [...] Uma das novas modalidades é a implantação do sistema de *commodities*, que permite a comercialização dos produtos agrícolas em bolsas de mercado futuro, com larga margem de lucro e de especulação.

A aceitação do latifúndio alimenta não só a raiz da desigualdade social, mas, sobretudo, fornece a engrenagem dos mecanismos de reprodução da dependência do país em sua condição de subdesenvolvimento estrutural. Ao nosso ver, com a renúncia teórica e política da questão da propriedade, portanto, do antagonismo entre latifúndio e o caráter social da terra, ganha força mais uma justificativa para que não seja executada a política de reforma agrária, fazendo eco à concepção que associa o reordenamento agrário com as necessidades do desenvolvimento capitalista. Com a hegemonia deste discurso a reforma agrária perde qualquer sentido moderno, capaz de legitimar o investimento estatal para desapropriações e assentamentos e para políticas agrícolas direcionadas ao campesinato, retirando a centralidade do debate a questão da terra, desvia o foco da luta camponesa, e tornando-a pauta secundária no Século XXI.

Desta forma, percebemos a necessidade da análise dos principais pensadores da questão agrária na atualidade, para refletir mais profundamente sobre as principais teses que se

detém na questão da terra. É tema dessa pesquisa, nesse sentido, avaliar a dimensão que cada uma dessas correntes teóricas alcança em nossa sociedade e no que elas interferem no andamento e efetivação de ações para a questão agrária.

2.3 CONCEITUALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Tomamos por base, para contextualizar o conceito de reforma no Brasil, o teórico José Gomes da Silva, em sua obra “A Reforma Agrária no Brasil” (1971). Propondo rigor metodológico, postula que o conceito de reforma agrária deve necessariamente responder "aos enunciados básicos de um bom conceito (que, quando, quanto, onde, como, quem)" (SILVA, 1971, p.37). Nesta obra, o autor sistematiza, de forma muito precisa, três tipos possíveis de transformações que podem melhorar o setor agrícola consideravelmente, sendo eles: (i) *simples instrumentos de política*; (ii) *modificações nas estruturas existentes e*; (iii) *modificações das estruturas existentes*. Para o autor, o primeiro deles não conseguirá promover uma transformação substancial e a mudanças significativas, este se refere principalmente a mudanças quantitativas, sendo exemplo, o crédito, os subsídios e o aumento de impostos, resultando portanto numa uma reforma agrária marginal.

No que se refere às *modificações nas estruturas*, Silva (1971) afirma que há apenas alterações de menor ou maior

profundidade, mas que o status quo permanece. Observa-se que essa concepção se encaixa no que entendemos por uma reforma agrária conservadora, nos termos apresentados por Sampaio (2013) e sumariados mais a frente. Neste modelo de reforma ou mudança das estruturas se faz necessária "a troca dos sistemas vigentes por outros, como é o caso da modificação do regime de posse e uso da terra, da introdução da agricultura de grupos e etc." (SILVA, 1971, p.18). O autor está centrado apenas nas transformações agrícolas, porém em sua análise ele desconsidera as transformações sociais de toda ordem vigente.

A terceira e última concepção apresentada pelo autor seria a *modificação das estruturas existentes*, onde aconteceria uma reforma agrária estrutural. Entendemos, de acordo com Oliveira (2001), que este seria um processo onde o principal objetivo é fortalecer o território camponês e conseqüentemente enfraquecer o território capitalista, pois no processo inverso temos o avanço do território capitalista e enfraquecimento do camponês. Sabe-se que no cenário nacional, historicamente, o território hegemônico foi o capitalista, e o campesinato resiste e se recria através da conflitualidade das lutas em busca de novos territórios e expansão dos mesmos. Ainda sobre os três modelos de reforma agrária, Silva completa que a transformação,

(...) necessita ser drástica, isto é, a 'agricultura reformada' precisa apresentar

características estruturais totalmente diferentes do status quo há pouco modificado e não apenas constituir uma tênue e transitória concessão para acalmar a inquietação camponesa porventura reinante na ocasião” (SILVA, 1971, p.39).

Acreditamos que essa concepção de reforma agrária possui um horizonte reduzido, pois não questiona o modo capitalista de produção, ao estabelecer sua meta principalmente na redistribuição da terra. O que podemos perceber no Brasil e, em grande parte da América Latina, é o fato de que a reforma agrária do tipo capitalista clássico, ou seja, antifeudal (com essa intencionalidade de redistribuição da propriedade da terra), não se realizou nem se realizará, haja vista sua desnecessidade estrutural nas sociedades latino-americanas. No nosso país e continente, a modernização capitalista já se organiza sob o signo da ordem fazendária, acoplada simbioticamente ao desenvolvimento de tipo dependente.

Nesse sentido, cabe retomar a análise sobre o caráter da real Reforma Agrária que se há de construir. Referenciamos o horizonte e principal objetivo no fortalecimento do território camponês e, conseqüentemente, na desvitalização do território capitalista. Analisar como historicamente ocorre o fortalecimento e reprodução ampliada do território capitalista no campo, dessa forma soberana e hegemônica é, assim, fundamental para

deciframento dos elementos estruturais que compõem a questão agrária atualmente.

Como referência nesse debate, Oliveira (2001) traz a reflexão do território do campesinato, afirmando que este se (re)cria a partir da conflitualidade gerada pela submissão deste aos ajustes necessários à expansão e à manutenção da hegemonia capitalista, que expropria o camponês e o expulsa do campo, do seu território, obrigando-o muitas vezes a disputar emprego e moradia nas cidades ou ainda outros territórios em outras partes do país. Oliveira (2001) assim afirma:

Esse processo, como se vê, está assentado no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros (OLIVEIRA, 2001, p. 50).

Para o autor estamos diante de um campesinato moderno, onde aumentam os índices de conflitos no campo e a adoção de políticas com vistas a amenizar a pobreza, e endossa a teoria do desenvolvimento desigual e combinado - conceito de Lênin e Trotsky -, processo que produz relações capitalistas ainda mais avançadas no campo, mas contraditoriamente, ao lado da expansão de relações não-capitalistas de trabalho, como por exemplo as camponesas, que são necessárias para a sua lógica de

desenvolvimento. Nesse contexto, a superexploração do trabalho de maneira camuflada passa a se afirmar também.

Sobre o avanço das políticas neoliberais, que dão prioridade ao latifúndio em detrimento dos camponeses, Fernandes completa:

O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocam, pelo menos, duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios [...] O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade (FERNANDES, 2008 p.287).

Analisando as políticas voltadas a terra e a reforma agrária como um todo no Brasil, percebemos como estas sempre reproduziram um padrão excludente e conservador, que não se detém na concentração fundiária e na hegemonia do capitalismo agrário. Ainda, segundo o autor, para que a reforma agrária obtenha êxito real, é preciso ultrapassar a concentração fundiária

e quebrar o poderio do agronegócio, que determina os rumos do desenvolvimento agrário do país.

Apoiados em Fernandes (2001) postulamos que o estudo da questão agrária tem que levar em consideração o processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. O autor nos mostra que os atuais movimentos “socioterritoriais” que se constituem na luta pela terra, representam o novo e a diferença, no que diz respeito às formas de resistência na luta pela terra, com a organização de assentamentos rurais no enfrentamento à concentração fundiária. A dominação direta que ocorre do capital sobre o campo, por meio do grande uso da tecnologia e da financeirização, da terra para fins de produção de *commodities*. Ao minimizar o papel da terra neste processo (sem o descentralizar, todavia), modifica totalmente a luta política, tornando vital a disputa por um distinto modelo agrário, para além da própria e essencial questão da reforma agrária.

Acreditamos que o debate da questão agrária deva ganhar uma maior centralidade nas discussões sobre os rumos da democracia no país, numa urgente contraposição àqueles que insistem em torná-la pauta secundária das discussões acerca do mero acesso à terra. Concordamos com (SAMPAIO JR, 2013, P.190) quando este diz que “não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, o pensamento conservador insiste em desconstruir a questão agrária”. O autor ainda completa que

(...) a questão agrária constitui [...] um problema que não pode ser desvinculado dos obstáculos que impedem a formação de estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais de um Estado nacional autodeterminado. Por essa razão, a reforma agrária constitui elemento estratégico da luta do povo brasileiro para superar as relações internas e externas responsáveis pela dupla articulação que perpetua o regime burguês [...]. Nessa perspectiva, a tarefa primordial da reforma agrária consiste em criar as condições objetivas e subjetivas para que todos os brasileiros que vivem no campo [...] possam participar em condições de relativa igualdade dos frutos do progresso propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas [...]. A realização da reforma agrária pressupõe a presença de forças sociais capazes de mobilizar força suficiente para vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que resistem à mudança do status quo. Sob a liderança do latifúndio e das grandes empresas agro-industriais, a reforma agrária é combatida de maneira sistemática e implacável pelos segmentos da sociedade que dependem da superexploração do trabalho no campo e na cidade (SAMPAIO JR, 2013, p.197 - 198).

As teses de Sampaio, assim como as de Fernandes, Silva entre outros, colaboram para o debate da centralidade da questão agrária aqui pleiteado, pois nos permitem pontuar a devida ênfase das relações capitalistas de produção na atual questão agrária, ao elaborarem, ademais, as bases para refutarmos as visões

romanceadas da realidade, que defendem interesses distintos. Ao considerarem a necessidade de uma reforma agrária estrutural, como um elemento essencial e estratégico para combater a concentração fundiária e o poderio da aristocracia agrária, fornecem o contraponto para a reflexão da questão agrária, nos termos que esse estudo se propõe desenvolver, subsidiando os caminhos analíticos que objetivamos perquirir.

3.4 PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Para realizar um debate acerca dos paradigmas aqui apresentados, que irão debater a questão agrária na atualidade brasileira, precisamos fazer algumas perguntas, tais como: Ainda se faz necessária uma reforma agrária no Brasil? Ainda existe uma questão agrária no Brasil?

Essas perguntas são extremamente necessárias pelo fato que hoje a reforma agrária no Brasil é um processo muito dinâmico e está inserido em uma disputa paradigmática entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Sendo assim, se faz necessário identificar e discutir o arcabouço teórico e conceitual que sustenta ambas as teses.

A corrente representada pelo PQA afirma que os novos elementos e desafios da questão agrária na realidade atual do

capitalismo brasileiro, justificam e necessitam do debate sobre a implantação da Reforma Agrária. Trazem para a pauta as lutas sociais de classe pelas disputas territoriais na defesa dos camponeses e de um modelo de desenvolvimento que viabilize a existência e a autonomia desses. Já a corrente representada pelo PCA nega a existência de problemas no campo que venham a justificar algum tipo de alteração e necessidade de mudança na estrutura fundiária e até mesmo no modelo de desenvolvimento econômico adotado no país. Ou seja, o PCA nega a existência de uma questão agrária, alguns teóricos até mesmo disseminam ideias de que não há desigualdade no campo, não há concentração fundiária, logo, refuta a necessidade de uma reforma agrária no país.

É urgente a necessidade de se retomar este debate no Brasil trazendo as teses dos principais teóricos que tem se debruçado durante muitos anos no estudo da questão agrária. Neste momento histórico que vivemos, onde temos como Ministra da Agricultura, uma das principais figuras representantes do agronegócio e agribusiness, a Senadora da República Katia Abreu, que mesmo não sendo uma representante teórica, a Ministra está entre os representantes – uma forte e relevante representante política – da corrente de pensamento do PCA, juntamente com teóricos como o sociólogo Zander Navarro, o engenheiro agrônomo Francisco Graziano Netto e o Ricardo Abramoway que inaugura esta linha teórica com a publicação de

sua tese de doutorado em 1992¹⁴, tornando-se referência para diversos pesquisadores. Há ainda sociólogos como José de Souza Martins que defendem a reforma agrária como algo pontual, uma política compensatória, que responda as urgências das parcelas da população que forem surgindo.

Na corrente de pensamento do PQA, favorável a reforma agrária, encontramos dentre os principais nomes, intelectuais como os geógrafos Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e também o economista Plínio de Arruda Sampaio. Estes pensadores defendem uma reforma agrária para avançarmos nas disputas territoriais, sendo parte importante e fundamental na luta de classes e na defesa dos camponeses.

De acordo com Fernandes (2001) neste paradigma – PQA – encontram-se as obras clássicas fundamentais para a compreensão da questão agrária – que foram as apresentadas e estudadas no capítulo anterior, dos autores Kautsky e Lenin. São estas obras que trouxeram base fundamental para a construção de novas leituras. Para o autor

¹⁴ *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* recebeu o Prêmio "Melhor Tese de Doutorado" do VII Concurso de Teses Universitárias e Obras Científicas em 1991, promovido pela Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Para alguns, o resultado do concurso surpreendeu. Não porque duvidassem da qualidade do trabalho premiado. Surgiram dúvidas, porém, sobre a relevância e atualidade do tema. Fonte: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/livros-paradigmas-do-capitalismo-agrario-em>

[...] não se pode negar algumas das mais importantes obras clássicas que são referências teóricas fundamentais [...]: A questão agrária, de Kautsky; neste trabalho seminal encontramos excelentes análises a respeito dos elementos estruturais da questão. Outra obra contemporânea desta. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, de Lênin, também contribui para formarmos os quadros de referências para o estudo do capitalismo agrário. [...]. De fato, são referências essenciais para a pesquisa do movimento da questão agrária e contribuem na elaboração de novas idéias a respeito do dimensionamento dos problemas agrários. (FERNANDES, 2001, p. 26).

Destas obras seminais resulta a maioria dos debates acerca da questão agrária na atualidade da vertente do PQA. Lenin e Kautsky, como já vimos anteriormente, acreditam na penetração do capitalismo no campo, e que este afeta diretamente nas relações camponesas. O primeiro acreditando no desaparecimento do campesinato, a sua transformação em trabalhador assalariado. O segundo, por sua vez, acreditava na sobrevivência do campesinato, se estes se associassem. Mattei [s.d] destaca que essência o que permeia as análises desses dois autores clássicos e seus subsequentes debates são duas questões fundamentais: as leis tendenciais de desenvolvimento do capitalismo no campo, destacando existir uma classe social

intermediária - a classe camponesa - e por fim, a formulação de propostas de políticas públicas para os camponeses.

Lenin dava mais ênfase aos aspectos políticos e sociais que condicionavam o processo de desenvolvimento, daí surge a teoria que explica o processo de diferenciação que eram submetidos os camponeses. Deste camponês, ainda segundo Mattei [s.d], originavam-se três segmentos distintos: os pequenos capitalistas, os proletários e os pequenos produtores mercantis, estando estes últimos em constante processo de transição. Com este processo constante de diferenciação, conclui que a pequena produção não era uma unidade econômica estável, tendo em vista a sua teoria de que o pequeno produtor mercantil para garantir sua subsistência precisava se adequar ao desenvolvimento do capitalismo ou transformar-se em proletário. Kautsky por sua vez, destacava principalmente os aspectos econômicos, aceitava a tese de Lenin da diferenciação social, no entanto não acreditava na existência de proletários na agricultura, sendo que a pena produção não poderia existir isoladamente, e os proletários não iriam permanecer no meio rural, indo buscar empregos nas indústrias. Ainda, em oposição a tese da diferenciação temos Chayanov que traz a tese da diferenciação demográfica, neste enfoque tem-se que as unidades familiares de produção, por apresentar uma lógica se reservavam das transformações capitalistas porque não apresentavam a mesma lógica de acumulação capitalista, sendo pautada nas necessidades

familiares. Esta breve retomada das principais ideias dos autores clássicos – já exposta no capítulo anterior – serve para recapitular o arcabouço teórico que permeia a discussão sobre o capitalismo agrário.

Para Oliveira (2004) na tese que trata do desaparecimento do campesinato, o camponês é tratado como *resíduo social*, que ainda não foi eliminado pelo sistema capitalista de produção. Segundo esta tese, a proletarização do campesinato aconteceria, seria inevitável, isto porque em um determinado momento da competição capitalista, quando os camponeses produzissem para o mercado, acabariam falindo, por se tratar de uma competição injusta e desigual.

Outra vertente entende que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria”. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, “os camponeses tornam-se iam proletários”. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin [...]. (OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Desta forma, o foco de nossa análise, a partir do Paradigma da Questão Agrária, está relacionado com os processos já mencionados de destruição e recriação camponesa e de seus territórios no interior do desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista no campo. A luta camponesa vai para além de continuar em seus territórios, mas também, conquistar novos territórios e até mesmo retornar aos seus territórios perdidos ou abandonados (reterritorialização).

[...] O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história. (FERNANDES, 2009, p.20).

Para Plínio de Arruda Sampaio (2013), na atualidade, mesmo com a abundância de literatura sobre a questão agrária, a reforma agrária ficou para segundo plano. E para os autores do PCA, o capitalismo agrário deu conta de resolver a demanda, que a reforma agrária se propôs resolver, mas sem alterações estruturais. O autor chama esse movimento de “modernização conservadora”, que não altera efetivamente a vida da população rural, mas que altera apenas o status do setor agrícola do país,

deixando de ser considerado um setor atrasado, que impede o desenvolvimento econômico do país. Sampaio ainda alerta para o risco desse modelo de análise estar ganhando espaço entre os analistas da esquerda, que se usam de outro instrumental teórico e metodológico, mas no entanto disseminam ideias muito similares.

Mas a verdade é que logo surgiram até no campo da esquerda, teses de que a reforma agrária não se justifica mais com um “objetivo econômico” e sim como um “objetivo social”. Não demorou muito que as propostas de reforma agrária “social” fossem cedendo lugar envergonhadamente a propostas que não diferem muito das “políticas sociais compensatórias” preconizadas pelos teóricos do neoliberalismo. Nisso estamos hoje. (SAMPAIO, 2013, p.88).

Por isso hoje, se faz tão necessária uma discussão que tenha como princípio uma análise de que os problemas do campo são inerentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo e também analisarmos os processos de luta, sem desconsiderá-los ou minimizá-los. Concordamos com Oliveira (2004) quando este afirma

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-à a ver muitos autores afirmarem que os camponeses, estão desaparecendo, mas,

entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Neste sentido, temos duas vertentes dentro de um mesmo paradigma – o PQA –, aqueles que retiravam sua base teórica mais especificamente da obra de Lenin, vendo o campesinato sucumbir diante do capitalismo, e ainda os que acreditavam na (re)criação do campesinato. Ou seja, o processo desigual e contraditório do capitalismo cria, destrói e recria o campesinato. No entanto, segundo Fernandes [s.d] as duas vertentes tem como principal foco da análise: desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, nos estudos da renda da terra e a diferenciação econômica do campesinato.

No PCA, Abramoway (1992) propõe uma ruptura com a teoria marxista, a lenista e a kautskyana. Nesta vertente, o autor ainda traz um novo termo para designar os campesinos, que é o termo da agricultura familiar, que foi adotado em diversas políticas públicas e organizações de trabalhadores e tem gerado alguns conflitos na atualidade, sendo necessário fazer esta diferenciação. Abramoway ainda, afirma ser impossível explicar a questão agrária baseado nos escritos marxistas – crítica essa que faz a Lenin e a Kautsky, por seus intensos estudos e fidelidades à tradição marxista. Este se utiliza de outros modelos metodológicos, por exemplo, análises realizadas nas estruturas

agrícolas de países ricos como os Estados Unidos e Europa. Afirma, que com o desenvolvimento capitalista avançando e alcançando um determinado estágio, haveria - contrariamente ao que Lenin prega – uma integração plena.

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas condições da reprodução social [...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que,

ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento. (ABRAMOWAY, 1992, p. 126,127-131 apud FERNANDES,[s.d], p. 14).

Apoiados em Fernandes [s.d], vemos que para o PCA, a resistência ou desintegração do campesinato não é uma questão estrutural e sim uma questão conjuntural. O capitalismo desenvolvendo-se até determinado estágio, ira criar relações mercantis, nas quais o camponês não se adequaria, restando ao mesmo metamorfosear-se em agricultor familiar profissional. Enquanto que no PQA o camponês é o sujeito que resiste ao capital. E esta diferenciação precisa ser feita, entre os termos camponês e agricultor familiar.

Fernandes (2012) faz uma importante diferenciação dos dois termos, trazendo a forma de uso dos mesmos. Afirma que os pesquisadores que utilizam o termo agricultura familiar não fazem uso do termo camponês. Mas já aqueles adeptos do termo camponês também utilizam agricultura familiar, mas neste caso, não para designar conceito e sim a condição da organização do trabalho. Para o autor, os teóricos da agricultura familiar defendem que:

o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um

agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Com as obras de Lenin e Kautsky podemos entender o processo de desintegração do campesinato, como um processo de luta camponesa pela terra, para que esses continuem produzindo enquanto produtores familiares. Esta recriação não se encontra na integração com o mercado, mas sim na resistência ao capital. Diferentemente do pensamento da vertente PCA, acreditamos, concordando com Fernandes (2012) que o que possibilitou a recriação, não foi a esta integração e adequação aos mercados, mas sim a luta, resistência e ocupações de terra, que se tornaram o principal meio de acesso a ela. Porém, tais teóricos refutam este referencial, ignorando desta forma “a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra.” (FERNANDES, 2012, p.4)

Wanderley (1999) avalia o agricultor familiar – inclusive os completamente inseridos no mercado – como portadores de muitos resquícios camponeses, pois, tanto os mais inseridos quanto os menos inseridos, enfrentam os velhos problemas

estruturais, que nunca foram resolvidos, e ainda contam com a própria sorte tanto na produção quanto na comercialização do que produzem, devido a timidez das políticas para a agricultura camponesa.

Com tais reflexões chegamos a seguinte síntese:

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da agricultura familiar procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar. (Fernandes, 2012, p. 4).

Observa-se que a produção teórica da agricultura familiar, tem construído uma visão do camponês sendo atrasado, representando o velho e arcaico. O agricultor familiar representa o novo, avançado, aquele que não ficou preso ao passado, que se inseriu e adaptou as novas configurações capitalistas no campo. Fernandes (2012) alerta para os riscos políticos que esta forma de interpretação causa nos movimentos sociais do campo na atualidade.

Como pode ser observado, Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato. A ênfase de Abramovay não está no capital

que expropria, mas no camponês que por ser uma sociedade parcial (Abramovay, 1992, p. 101) e ter uma integração parcial aos mercados incompletos (Abramovay, 1992, p, 103), não se adequaria ao capitalismo, porque o capital seria avesso a esse tipo de relação. (Abramovay, 1992, p. 129).(Fernandes, [s.d], p.15).

Fernandes [s.d] observa uma diferença entre os paradigmas, enquanto no primeiro as contradições geradas pelo capitalismo são as causas da permanência ou fim do campesinato, no segundo as relações sociais – completas, incompletas, parciais ou plenas – são as causas. Partindo do PCA, o autor formula a seguinte pergunta: “um agricultor familiar poderia voltar a ser um camponês?” (FERNANDES, [s.d], p.16)

Segundo o autor, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além de sua redundância, causa estranheza separar em duas categorias, sujeitos que são diferenciados, no entanto, pertencentes de uma mesma classe.

Essa diferenciação não pode ser feita somente pela renda, tampouco pelo uso ou adesão de determinadas técnicas, integração aos mercados, pelos diferentes níveis de subordinação ou resistência ou ainda pelos conceitos de atrasado ou moderno. Mas, segundo Fernandes [s.d] pela opção em adotar um determinado paradigma. Para o autor é importante esclarecer que

“os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose” (FERNANDES, [s.d], p.18).

As dificuldades em se delimitar este conceito, fizeram com que surgissem varias definições. José de Souza Martins (2000) formula um conceito, o qual Fernandes chama de “emblemático”:

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, a nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nos o país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional. (Martins, 2000, p. 45).

Martins afirma que os termos “camponês” e “campesinato” foram incorporados indevidamente no nosso

cotidiano teórico e político para o debate da questão agrária. Neste caso, o mesmo pode-se afirmar do termo “agricultura familiar”. Sendo assim, separar camponês de agricultor familiar como explica Fernandes [s.d] é uma questão de método, e como já exposto, é também uma questão de paradigma.

Os desdobramentos das duas vertentes geram muitos debates na atualidade. Inspirados em Abramoway e José de Souza Martins (2000), em sua tese sobre a “demanda real”, defende a perspectiva de que não existe público suficiente no Brasil que justifique a realização de um reforma agrária.

(...) em termos reais, a efetiva demanda por reforma agrária é constituída pelos sessenta mil sem-terra acampados nas ocupações. É evidente que isso não quer dizer que o problema social da terra se limite a eles. Mas, são eles que expressam acima de qualquer dúvida uma demanda por reforma agrária urgente. (MARTINS, 2000, p.108).

Acreditamos que a ideia de Martins nesta tese é reducionista e limitada, pois desqualifica a luta dos camponeses pela reforma agrária e não traz o debate que essas mazelas são inerentes ao avanço do capitalismo. As ideias de Martins fazem parte da tese de Zander Navarro (2008), que também acredita na reforma agrária conjuntural, sendo ela pautada em meras políticas governamentais e faz duras críticas aos que perseveram na

necessidade da reforma agrária ocorrer. Segundo Rocha (2013) Navarro crítica aqueles que defendem a reforma agrária, dizendo que estes ficaram presos no tempo, para ele, os processos de expansão da economia dos últimos tempos e as transformações sociais, tornaram inviável a consecução desta política pelo Estado.

Navarro (2008) afirma a inviabilidade da realização da política de reforma agrária no país.

Insistindo em sua “viabilidade” no Brasil, mas sem oferecer flexibilidade interpretativa, parte considerável de nossa literatura sobre o tema ainda mantém seu locus analítico nos anos sessenta, sem conseguir perceber mais amplamente as mudanças sociais e econômicas verificadas no Brasil. Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a “morte da reforma agrária”, pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional, essencialmente porque não existe mais demanda para a sua implementação, na maior parte das macroregiões brasileiras (Navarro, 2008, p. 35).

Concordamos com Rocha (2013) quando este afirma que a tese apresentada por Navarro possui uma argumentação estreita, sendo utilizada na tentativa de desqualificar a reforma agrária na atualidade, que desconsidera as mazelas geradas no campo pelo

avanço do capitalismo agrário. Sem pretender lateralizar a questão da terra na luta camponesa, relembramos que a expansão do agronegócio não se dá sem o recrudescimento de relações de trabalho ilegais, que deveriam ter sido abolidas em definitivo, as formas denominadas de *escravidão contemporânea ou escravidão moderna*. São a tradução mais nítida da superexploração do trabalho que sustenta o capitalismo dependente e seus mecanismos de disseminação da violência social próprios da sociedade brasileira. Analisando as novas formas de acumulação de capital por espoliação no setor agrário em compósito com as relações e condições de trabalho no campo, Severina Garcia (2010, p. 235) é taxativa:

A incidência de tais relações, o uso predatório da força de trabalho e a violação da legislação trabalhista, o trabalho degradante estão presentes em todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar, soja, algodão fruticultura, pecuária, entre outros ramos produtivos. E envolvem setores de ponta, empresas nacionais e transacionais. Longe de significar resquícios de modos de produção arcaicos, que sobreviveram temporariamente à introdução do capitalismo, a utilização dessas formas de trabalho constitui um instrumento que o próprio capital vem lançando mão para facilitar a acumulação em processo de expansão.

Sampaio Jr (2013) também alerta para os perigos que a nova ofensiva do capital no campo se apresenta, na forma de um pensamento apologético, que não somente nega a existência de uma questão agrária, mas também a necessidade de discuti-la. O autor chama tais intelectuais de “ventríloquos do agronegócio”¹⁵ que “não disfarçam seu partido” (SAMPAIO JR, 2013, p.218).

Navarro em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* no ano de 2013, mais uma vez, argumenta de forma simplista sobre o discurso da reforma agrária estar ultrapassado, assume sua militância a favor da reforma agrária no passado, mas anuncia claramente seu posicionamento na atualidade:

é preciso reconhecer desapaixonadamente o fato, agora definitivo: morreu a reforma agrária brasileira. Falta apenas alguma autoridade intemorata para presidir a solenidade de despedida. Atualmente a ação governamental nesse campo é um dispendioso e inacreditável faz de conta, sendo urgente a sua interrupção. Muitos motivos feriram mortalmente a reforma agrária, mas alguns são mais

¹⁵ Neste momento o autor se refere a Zander Navarro e Xico Graziano, a quem chama de expoentes do novo ruralismo, e que, ironicamente, são oriundos da tradição de esquerda. O autor também faz referência ao artigo – que fazemos uso nesta dissertação – “Realidade agrária e ideologia”, que fora publicado na revista do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante o governo Dilma. Sampaio ainda afirma que tal artigo “mais parece boletim de associação ruralista” (SAMPAIO JR, 2013, p. 218).

reveladores. O primeiro é de cristalina obviedade, mas muitos fingem ignorá-lo: nenhuma política pública é eterna, pois se conforma às contínuas mutações da sociedade. O tema foi popular nas décadas de 1950 e 1960, e surpreendeu que na virada do século o Brasil patrocinasse uma vigorosa redistribuição de terras, um caso raro no mundo. Mas é particularidade que se esgotou. (NAVARRO, 2013, [s.p]).

Neste sentido, resta-nos concordar com Sampaio Jr (2013) quando este afirma que o autor ignora as mudanças e avanços qualitativos na reforma agrária e não entram no mérito dos novos desafios para a reforma, “esconjurando” a luta camponesa pela terra. Tampouco a demanda sumiu da agenda política, “corroída pela aceleração da urbanização” (Navarro, 2013), a pauta se faz cada vez mais urgente.

O autor assinala sua negação da necessidade da reforma e pontua os desafios quanto o destino do homem do campo – que não nos pareceu animador. Contudo, afirma que para que haja essas mudanças, a “ortodoxia” precisa ser deixada de lado – em clara referência aos intelectuais que trabalham na defesa da reforma agrária e na luta campesina.

Distintos são os desafios atuais para criar prosperidade e oportunidades no campo. Requer aceitar que a pobreza rural se resolverá, sobretudo, nas cidades e com

outras políticas. E também que não existem soluções exclusivamente agrícolas para parte considerável dos estabelecimentos rurais de menor porte. Portanto, é preciso construir uma estratégia de desenvolvimento rural radicalmente inovadora. Mas para isso é preciso primeiramente abrir as mentes, pois a ortodoxia e a ideologização dominantes nos deixam sem rumo algum. Enquanto isso, afirmam-se o esvaziamento do campo e a incontrastável dominação da agricultura de larga escala modernizada e integrada aos mercados mundiais. Eis o nosso futuro rural: uma fabulosa máquina de produção de riqueza, mas fortemente concentrada, pois seria assentada num deserto demográfico. (NAVARRRO, 2013, [s.p]) .

Podemos observar no discurso do autor, que este faz duras críticas aos intelectuais favoráveis a reforma, afirmando que estes encontram-se presos no passado e que suas teses não dão conta da conjuntura atual. No entanto, o mesmo não fornece argumentos suficientes para comprovar a validade de sua própria tese, dessa maneira, acaba nos fornecendo subsídios para mostrar a atualidade da pauta pela reforma agrária.

Teses como as de Navarro, apoiadas nas ideias de Abramovay (1992), são também usados por representantes políticos para subsidiar o seu discurso de interdição das políticas públicas para a reforma agrária. A senadora da República, hoje ministra da agricultura Katia Abreu, defende que o principal

obstáculo para sua realização é o próprio MST, as forças políticas da esquerda. No entanto, sabe-se que o MST é o movimento que mais ganhou destaque nas lutas camponesas e ocupações de terra nas últimas décadas. Para ela,

(...) o MST, braço rural do PT, não quer a reforma agrária, mas sim a tensão agrária, de preferência com cadáveres em seu caminho, de modo a dar substância emocional a um discurso retrógrado e decadente. Reforma Agrária não é postulado ideológico, é imperativo do desenvolvimento sustentado. Por isso a CNA a apoia. Por isso o MST e a esquerda fundamentalista não a querem (ABREU, 2010, p. A2).¹⁶

Observa-se um denominador comum nas estratégias de discurso da vertente do PCA, que é não só a desqualificação teórica ou discordância política, mas uma rude destruição social daqueles que não são favoráveis a este modelo de desenvolvimento. Katia Abreu, uma das maiores representantes do agronegócio junto ao governo, firma seus argumentos na inovação da agricultura, na modernização, no acesso aos alimentos através do barateamento, evitando crises de abastecimento.

¹⁶ Artigo escrito ao Jornal O Estado de S. Paulo, no ano de 2010, intitulado “A esquerda não quer Reforma Agrária”.

(...) todo o processo de mobilidade social em nosso país, que permitiu o surgimento e o progresso de diferentes classes sociais, maior transferência de renda e o acesso a bens e produtos de consumo, se deve, fundamentalmente, à estabilização e barateamento dos preços de alimentos. Foram o acesso à tecnologia e a difusão do conhecimento científico aplicado à agricultura que evitaram, todos esses anos, carestia, crise de abastecimento e ameaça à estabilidade política. Ao gastarem menos para alimentar as famílias, urbanas e rurais, puderam viver melhor (ABREU, 2012b, p.B14).

O argumento utilizado por Katia Abreu no ano de 2012 em artigo para o *Jornal Folha de São Paulo* traz uma falácia desmentida pelo Censo Agropecuário de 2006. Como lembrou Rocha (2013), o censo provou que diferentemente do que afirma a ministra, a principal responsável pela produção de alimentos no Brasil é a agricultura familiar camponesa e não o agronegócio – que em grande parte se dedica a produção de *commodities* para exportação. O agronegócio possui uma estrutura complexa que compreende a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação. Este modelo de desenvolvimento possibilitou a concentração de terras nas mãos

de grandes empresas nacionais e transnacionais que atuam em diversos setores da economia.

No entanto, logo que assumiu o cargo de ministra Kátia Abreu, deu entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, afirmando “que não irá tolerar invasões de terra e que não há latifúndio no Brasil”¹⁷. Este posicionamento vem confirmar que teses como as de Navarro e Graziano Netto, estão ganhando força, espaço teórico e político.

A agricultura se transformou, mas manteve seus produtores, o que foi uma façanha. Não houve concentração fundiária, tampouco devastação. Ainda estão preservados, cobertos com vegetação nativa, 61% do território nacional [...] Surpreende a crítica retrógrada que resiste à realidade, supondo nossa agricultura como na época latifundiária. Sem a

¹⁷ A ministra Katia Abreu ainda afirmou “Ela [a reforma agrária] tem de ser pontual. E se o governo tiver dinheiro não só para dar terra, mas garantir a estrutura e a qualidade dos assentamentos. Latifúndio não existe mais. Usar discurso velho, antigo, irreal, para justificar reforma agrária? A bancada [ruralista] vai trabalhar sempre, discutir, debater”, disse. A mesma afirma não haver latifúndio, mas os dados provam o contrario, o cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mostram que, entre 2003 e 2010, o número de latifúndios no país cresceu 48,4%. Também de acordo com ele, em 2003, 112 mil proprietários concentravam mais de 214 mil hectares de terra no país. Em 2010, o número subiu e 130 mil proprietários detinham mais de 318 mil hectares. Além disso, cresceu mais de 70% os latifúndios não produtivos nesse período. Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/30903>.

pujança do campo, com sua elástica oferta de alimentos e matérias primas, a sociedade não teria se urbanizado; nem a economia teria progredido, perdendo-se em suas crises, incluindo a superinflação. O superávit agrícola paga as importações industriais. Os empregos gerados nas agroindústrias espalhadas pelo interior aquecem o comércio e ajudam a criar a classe média que faz prosperar atualmente a nação (NAVARRO; GRAZIANO NETO, 2012, p.139-140).

Colocando agronegócio e agricultura camponesa no mesmo patamar, os autores utilizam os resultados da agricultura camponesa para justificar o modelo de desenvolvimento que defendem, já que nesta perspectiva – PCA – não existe essa separação. Com a territorialização do agronegócio, as grandes propriedades rurais, que até então eram avaliadas como improdutivas e atrasadas economicamente, consideradas latifúndios, passaram a receber investimentos em infraestrutura para a produção de commodities e, então, receberam a denominação de empresas rurais, com grandes investimentos em tecnologia e mecanização, passaram a produzir em larga escala, recebendo o título de responsáveis pelo aumento da produção agrícola do país.

Essa concepção assentada na expansão do agronegócio, afirmam que as grandes propriedades seriam mais eficientes economicamente do que as pequenas. Mais uma vez os

representantes desta vertente de pensamento intentam racionalizar a propriedade privada e mais uma vez depreciam intelectuais que possam oferecer alguma ameaça aos grandes proprietários.

Ao contrário daquilo que se imaginava, a reforma agrária teve pouca influência nesse desenvolvimento [o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira]. Como a primavera democrática e a urbanização que tomou conta do mundo, além das profundas transformações produtivas, aquela política de Estado saiu de cena, pois seus pressupostos deixaram de existir. Por que então gastamos milhões de reais com assentamentos que apenas reproduzem a miséria? Por que não investir em novas alternativas, baseadas na qualificação e na sustentabilidade dos pequenos agricultores? É necessário e urgente animar um debate franco e aberto sobre as transformações no campo brasileiro – longe dos mitos e das falácias, apartidário, baseado na leitura real do desenvolvimento agrário, e não de ideais fora do lugar. É necessário discutir sem patrulhamento ideológico, e sem academicismo livresco ou os saudosistas delírios urbanos. Discutida honestamente, constrói-se uma agenda do século XXI para a agropecuária, capaz de contribuir ainda mais para a prosperidade do Brasil. (NAVARRO; GRAZIANO NETO, 2012, p.140)

Sampaio Jr (2013) é enfático ao afirmar que eles “traem sua própria retórica contra ‘patrulhas’ ideológicas” (p.219). Se

levarmos em consideração a situação objetiva e a subjetiva que hoje determinam a luta de classes no campo, o autor observa que a pouca vontade de democratizar a estrutura fundiária não deve causar surpresas (tendo em vista os governos passados e atuais). Ainda, ressalta que somente o avanço tecnológico não é suficiente para o desenvolvimento desse modelo agrícola, uma vez que nosso capitalismo agrário, sempre foi assentado na concentração fundiária e necessita sempre mais expandir sua fronteira agrícola. Por isso, para ele,

a reforma agrária polariza a luta de classes entre dois pólos opostos: de um lado, o latifúndio e seus cúmplices incondicionais – as burguesias brasileiras, o imperialismo e todos os segmentos da pequena burguesia que se beneficiam de privilégios aberrantes; e, de outro, os pequenos proprietários, os arrendatários pobres, os posseiros, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os sem terras, enfim, todos os homens do campo que vivem de seu próprio trabalho e seus aliados – os trabalhadores urbanos, empregados e desempregados. Em suma, a luta pela terra é um problema de classe. A vitória da reforma agrária depende de mudanças de grande envergadura que desatem a dupla articulação responsável pela perpetuação do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente (SAMPAIO JR, 2013, p. 204).

Entendemos que a preservação das desigualdades no campo é uma estratégia muito importante para manter o preço da força de trabalho abaixo do seu valor real e também para maximizar o excedente produzido na agricultura, o que declara a urgência em se fazer a crítica tanto à teoria quanto à prática político-acadêmica que fundamentam as teses da 'não-reforma agrária'. Contra essas perspectivas capitulacionistas, é preciso formar convicções que ainda apontem para que a luta não deve apenas ficar no âmbito da reivindicação das terras improdutivas do grande capital, mas que sedimente estratégias e alianças com os movimentos sociais urbanos para também se questionar as terras produtivas com seu caráter socialmente perverso e ambientalmente predatório.

Algumas importantes organizações camponesas contestam o discurso hegemônico favorável ao agronegócio. Via Campesina, MST e outras organizações do campo fazem a luta, elaboraram documentos afirmando que o agronegócio, dentre tantos problemas, se pauta na financeirização e acumulação de capital, na produção de monoculturas destinadas a exportação, que demandam o uso intensivo e extensivo de agrotóxicos, o uso das sementes transgênicas, cada vez mais presentes na mesa das pessoas. Isso tudo gera desemprego, concentração da terra, danos ao meio ambiente, exploração dos camponeses através do domínio da produção, circulação e comércio, provocando,

sobretudo, a exclusão do campesinato e a violência no campo. (MST, 2009; VIA CAMPESINA, 2012).

Os camponeses organizados em movimentos sociais, ao rejeitarem este modelo de agricultura que lhe fora imposto pelo agronegócio, se constituem como protagonistas na recriação do campesinato, garantindo sua existência, sua continuidade e suas bandeiras de luta. Dentre as diferentes formas, pelas quais os camponeses organizados nos movimentos têm resistido, se destacam e têm se mostrado eficientes as ocupações de terra e os acampamentos, que resultaram em inúmeras conquistas, como assentamentos permanentes. Assim, entendemos que as lutas encampadas para retornar e permanecer na terra são centrais na compreensão do campesinato. Enquanto o latifúndio for um elemento estratégico dentro do capitalismo dependente para o padrão de acumulação e dominação, ainda haverá pauta para discussão e para a luta camponesa.

Sampaio, Sampaio Jr, Fernandes e Oliveira concordam no que diz respeito à conflitualidade existente entre os dois modelos de desenvolvimento e à real necessidade de se combater o modelo do agronegócio em defesa dos camponeses. Estamos de acordo com Rocha (2013) quando este afirma que esses problemas agrários são gerados pela expansão e pela reprodução ampliada do capitalismo agrário. E essa conflitualidade entre os dois paradigmas apontadas pelos três autores reforça a disputa

pelo controle territorial, e tem reflexos na elaboração das políticas públicas em nosso país.

Essa conflitualidade e predominância pode ser verificada quando analisamos, por exemplo, o volume de recursos destinados ao agronegócio e ao campesinato. No plano referente a safra de 2011/2012 o governo Dilma disponibilizou para o agronegócio (agricultura e pecuária) R\$ 107 bilhões, já para o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foram destinados pouco mais de R\$16 bilhões, ou seja, coube ao campesinato, apenas 15% do volume total de crédito destinado para o modelo predominante, o agronegócio. Vale ressaltar que o campesinato é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira. Destacamos a produção de mandioca com 87%, feijão com 70%, milho com 46%, leite com 58%, aves com 50% e 59% da produção de suínos. Além da maior produtividade de alimentos é no campesinato que a maior parte dos trabalhadores rurais se encontram ocupados, com uma média de 15,3 trabalhadores a cada 100 hectares contra 1,7 trabalhadores a cada 100 hectares ocupados no agronegócio (Censo Agropecuário, 2006). Somente na região Nordeste, o modelo camponês é responsável por 82,9% da ocupação de mão de obra no campo. (ROCHA, 2013, p.467)

Com os dados apresentados pelo autor, percebemos que a reforma agrária apresenta sua pauta, como sendo o território campesino produtor de alimentos, gerador de empregos e renda para milhares de famílias camponesas, e ainda se configura como espaço central da luta de classe na América Latina, ainda que o cenário nacional esteja muito favorável e adepto ao modelo de desenvolvimento do PCA.

Somando-se com todas as adversidades do contexto histórico de nossa questão agrária brasileira, algumas das figuras mais representativas do agronegócio estão cada vez mais em evidência, tanto no campo teórico como no campo político. A agricultura vive um momento de grande subordinação ao capital financeiro – e estrangeiro –, então é urgente reforçar as teorias que fundamentam a luta pela reforma agrária.

Contrariamente as teses defendidas por este paradigma – onde encontram-se Abramoway, Navarro, Graziano Netto e a nossa Ministra da Agricultura Katia Abreu – acreditamos na atualidade do clássicos e na pertinência de sua retomada para refletirmos a questão agrária na atualidade e pensarmos estratégias para o fortalecimento da realização da reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender a questão agrária como elemento essencial para responder os problemas da causa camponesa na atualidade, realiza-se um difícil caminho teórico-político. Nesta pesquisa buscamos dar uma pequena contribuição ao grande contingente intelectual dedicado ao assunto. Nosso objetivo foi analisar os debates teóricos da atualidade contrários e favoráveis à reforma agrária, com base e a partir de autores e suas obras clássicas sobre o tema. O estudo se ateve a alguns desses importantes intelectuais, uma pequena porção da abundante literatura existente sobre os problemas no campo. Agora o nosso desafio é de continuar a pesquisar, postulando a teoria social crítica como aporte científico para as reflexões da questão agrária.

No primeiro capítulo pudemos verificar três teorias diferenciadas sobre a questão. E a partir da leitura das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov percebe-se a extrema relevância destas para o debate da época e, na medida em que extraímos sua vitalidade, seus conteúdos programáticos mais polêmicos se revelaram ainda essenciais para o esforço explicativo em questão, destes comprometidos em responder as novas demandas que surgiram mediante as transformações do capitalismo contemporâneo e suas especificidades próprias da realidade dependente e periférica.

Sendo assim, constituem-se em valioso subsídio teórico para ancorar o debate do problema agrário. Mais de um século se passou e estas teses não perderam sua atualidade. O mundo sofreu grandes transformações, não vivemos nem antes nem hoje a mesma realidade das agriculturas russa e europeia, o capitalismo não é mais concorrencial, no entanto, como pudemos ver, ainda há divergências fundamentais que permeiam o debate da agricultura no século XXI, cujos traços encontram similitude com o processo histórico ali examinado. Os conflitos ideológicos na atualidade reposicionam a vigência das antigas análises e explicam os posicionamentos políticos decorrentes.

No segundo capítulo observamos novamente a disputa ideológica entre diferentes correntes de pensamento. Nosso objetivo foi confrontar as perspectivas teóricas para assim poder evidenciar as nuances de conflitualidade presentes entre as correntes, e não situar os paradigmas e correntes no âmbito qualitativo, avaliando qualquer superioridade científica de um sobre o outro, tendo em vista que cada paradigma é formado por diferentes intelectuais que apresentam ora sutis ora fundamentais diferenças entre si.

Enquanto no PCA formula-se uma importante contribuição acerca da participação da agricultura familiar e rompe com a visão determinista do assalariamento total, no PQA não tem sido construída teorias sobre os camponeses frente as relações mercantis do capitalismo agrário. Já no que diz respeito a

criação, recriação e reinvenção do campesinato, o PQA tem se mostrado muito eficiente, mostrando possibilidades para os camponeses de resistir ao processo de desterritorialização, promovido pelo avanço do capitalismo atual. O PCA, por sua vez, criou uma visão dicotômica, colocando agricultura camponesa x agricultura familiar, formando assim uma ideia de subalternidade, separando sujeitos que passam pelos mesmos problemas determinados pela lógica do capital (FERNANDES, 2013).

No debate entre os paradigmas, notamos que ambos – PQA e PCA – disputam não somente os espaços teóricos, mas também os espaços políticos, que se constituem como *locus* de decisão do desenvolvimento da agricultura em um país. Como produto de nossas reflexões, podemos asseverar que uma das maiores conflitualidades existentes entre as teses paradigmáticas está determinada pelo fato do PCA refutar a existência social e validade política de uma clássica ou histórica questão agrária, que sancione ética e economicamente a luta por uma reforma agrária de caráter estrutural. Os intelectuais que partilham ou mesmo que mais se aproximam das ideias do PQA defendem a necessidade de questionar este modelo de produção, na medida em que este ponto é condição vital para recriação do campesinato. Estes pesquisadores não se limitam – e nem devem – simplesmente a reprodução econômica, mas sim para reprodução da existência dos camponeses enquanto sujeitos políticos e das formas de vida

e de reprodução social como dimensão inalienável da vida mesma dos povos brasileiro e latino-americano.

Diante do exposto, considerando o cenário teórico-político que vivenciamos, defendemos a reforma agrária e o fortalecimento do território camponês como uma imperiosa e urgente necessidade histórica. Esta luta – que é teórica e também política – contribui para manutenção, construção e consolidação dos territórios camponeses, diante do largo avanço do agronegócio. Este avanço é favorecido por disputa desigual, enquanto o camponês tem compromisso com a soberania alimentar dos povos, com a agrobiodiversidade, produzindo alimentos de qualidade, mantendo os costumes e tradições de comunidades tradicionais, o agronegócio e seu conglomerado de empresas - como é inquestionável - expropria o camponês de seu território, quando não o mantém lá servindo de serviçal aos interesses de grandes empresas, que utilizam o território brasileiro para especulação e produção de forma ambientalmente destrutiva de mercadorias voltadas para exportação, em sua maioria produção de *commodities* para o mercado internacional, em detrimento da produção de alimentos saudáveis para a população como um todo.

Concordamos com Fernandes (2013) quando este afirma a questão agrária dentro do capitalismo carrega possibilidades de transgressão e de insurgência, na medida em que é portadora também de possibilidades de cooptação e conformismo. São essas

propriedades da contradição da questão agrária que ampliam as conflitualidades presentes nas disputas paradigmáticas que debatemos.

Nesse sentido, a reforma agrária não é apenas uma luta dos camponeses que foram desapropriados e que sofrem diretamente com as mazelas impostas pelo capital, mas é também da luta de todos os brasileiros, de toda a classe trabalhadora que diretamente e indiretamente são atingidos pelas transformações promovidas pelo capitalismo. Quando nos deparamos com situações como as aqui expostas, de nosso cenário político-acadêmico mais do que nunca representar os interesses do agronegócio, fornecendo o respaldo teórico para subsidiar seu discurso de privilégios e de destruição, é que devemos centrar nossos esforços em construir um novo paradigma. No entanto, estas conflitualidades, perdas e retrocessos teórico-políticos nos dão uma lição:

Enquanto a questão agrária não for encampada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade, e não for combinada com a luta pela reforma urbana, pela redução da jornada de trabalho e pela autonomia econômica, política e cultural da sociedade brasileira, num processo de mudança social de grande envergadura, que opõe explorados e exploradores, ela carecerá da potência necessária para pôr uma pá de cal nos interesses econômicos que se beneficiam do capitalismo selvagem para potencializar

a acumulação de capital. Por essa razão, a luta pela reforma agrária não pode ser desvinculada do conjunto de transformações que caracterizam a revolução brasileira, cuja tarefa fundamental consiste em romper a dupla articulação – controle do capital internacional sobre a economia nacional e segregação social como base do regime de classes – responsável pelo processo de reversão neocolonial que leva ao paroxismo a relação de causalidade entre capitalismo e barbárie. (SAMPAIO, 2013 JR, p.237)

Estamos em pleno acordo com Sampaio, a nós pesquisadores - inclusive da área do serviço social - cabe realizar um debate teórico-político comprometido com os interesses da classe trabalhadora - do campo e da cidade -, pois nossas formulações teóricas podem servir de importantes subsídios, que forneçam novos respaldos para ações no campo da política, fortalecendo de alguma maneira essa decisiva luta popular.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

ABREU, Kátia R. **A esquerda não quer reforma agrária**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 25 de maio de 2010. pp. A2.

_____. **Agronegócio o setor moderno**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 4 de set. de 2012. pp. A3.

ARCHETTI, E. Presentacion. In: CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

BENJAMIM, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.134-163.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Bernardo. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org). **Campesinato e**

território em disputa. São Paulo: Expressão Popular: 2008a. pp. 273-301.

_____. **O MST e as reforma agrárias no Brasil.** Revista OSAL – CLACSO. Ano IX, n. 24, outubro de 2008b. pp. 73-85.

_____. **Reforma agrária e educação do campo no governo Lula.** Revista Campo Território. v.7, n.14. Agosto de 2012. pp. 1-23

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GARCIA, R. W. D. **Dieta mediterrânea:** inconsistências ao se preconizar modelos de dieta. Cadernos de Debate. v. 8, 2001. pp. 28-35.

GARCIA, Severina. Relações e condições de trabalho no universo produtivo: escravidão contemporânea ou acumulação por espoliação, In: BOSCHETTI, Ivanete et. all. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010. pp. 254-270.

GERARDI, Lucia H. O.; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio M. **Chayanov e o campesinato.** Expressão Popular: São Paulo, 2014.

KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. Socialização da Agricultura: prólogo à primeira edição. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. (Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin). São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.81-126.

_____. **A Questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Revista do Centro de Estudos em Antropologia Social de Portugal. v. IV, n. 2. Lisboa: 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em 9 de dezembro de 2014.

LENIN, V. I. O capitalismo na agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). In: SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena. **A questão agrária**: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.127-132.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: USP; FFLCH, 2007.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

_____. As razões do neo-desenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes; Clasco; LPP, 2000. pp.167-243.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Reforma Agrária, o impossível diálogo sobre a História possível**. Revista Tempo Social. São Paulo, 2000. pp. 97-128.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEI, Lauro. **A atualidade clássica do capitalismo agrário**. [s.d.]. Disponível em: [file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/atualidades%20da%20teoria%20classica%20sobre%20o%20capitalismo%20agrario.p](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/atualidades%20da%20teoria%20classica%20sobre%20o%20capitalismo%20agrario.pdf)df. Acesso em 15 de abril de 2015.

_____. **Teses favoráveis e contrárias a reforma agrária brasileira no limiar do século XXI**. Revista ABRA. Ano 35, v. 1. n. 2. Outubro/Maio 2014/2015. pp. 93-113.

MST. **Por um projeto de reforma agrária popular**. 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Via-Campesina-apresenta-plataforma-paraagricultura>. Acesso em 30 de junho de 2012.

NAVARRO, Zander. **"Nunca cruzaremos este rio" - a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o caso da reforma agrária no Brasil.** Revista Redes. n. 2. Santa Cruz do Sul: maio/agosto de 2008. pp. 5-51.

_____.; GRAZIANO NETO, Francisco. **Realidade agrária e ideologia.** Revista de Política Agrária. n. 2. Brasília: 2012. pp. 139-140.

_____. **Pá de cal na reforma.** O Estado de São Paulo. 21 de setembro de 2013.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política:** ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula.** XIII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina. Costa Rica: 2011. Disponível em: http://www.egal2011.geo.una.ac.cr/index.php?option=com_remository&Itemid=180&func=startdown&id=514.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo, editora Contexto, 2001.

PAIVA, Beatriz Augusto. A enigmática contradição entre Trabalho e política de assistência social, In: PAIVA, Beatriz Augusto (org.). **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva:** Direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras, 2014. pp. 321-372.

PRADO JR., Caio. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STÉDILE, João P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional de 1500 – 1960.** 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil.** Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de La Universidad de Alicante. v. 4., n. 50. 28 de marzo de 2013. pp. 440-472.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, José Graziano da, STOLCKE, Verena. **A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1981. pp.127-132.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAN, Douglas. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda - 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIA CAMPESINA. **Manifesto das organizações sociais do campo**. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Camponeses-lancam-manifesto-pela-Reforma-Agraria-aposencontro-historico>. Acesso em 15 de março de 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexandre V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. Expressão Popular: São Paulo, 2014.